



## **Copel Telecomunicações S.A.**

CNPJ/MF 04.368.865/0001-66

Inscrição Estadual 90233099-28

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

[www.copeltelecom.com](http://www.copeltelecom.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **2019**

## SUMÁRIO

<b>1. PERFIL ORGANIZACIONAL</b> .....	<b>7</b>
<b>2. GOVERNANÇA CORPORATIVA</b> .....	<b>9</b>
2.1.Estrutura de Governança .....	9
2.2.Integridade .....	10
<b>3. DESEMPENHO OPERACIONAL</b> .....	<b>13</b>
3.1.Análise macroeconômica .....	13
3.2.Desempenho das atividades .....	13
<b>4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO</b> .....	<b>14</b>
4.1.Caixa e Equivalentes de Caixa .....	14
4.2.Receita Operacional Líquida .....	14
4.3.Custos e Despesas Operacionais.....	14
4.4.EBITDA ou LAJIDA .....	15
4.5.Resultado Financeiro .....	15
4.6.Endividamento .....	16
4.7.Prejuízo/Lucro Líquido .....	16
4.8.Programa de Investimentos.....	16
<b>5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL</b> .....	<b>17</b>
5.1.Recursos humanos .....	17
5.2.Fornecedores.....	19
5.3.Clientes.....	20
5.4.Gestão da Sustentabilidade .....	20
<b>6. BALANÇO SOCIAL</b> .....	<b>22</b>
<b>7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA</b> .....	<b>25</b>

## MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A transformação digital e a troca de informações online nunca foram tão intensas quanto em 2019. O usuário de internet, o cidadão e as empresas estão cada vez mais conectados e demandando planos, produtos e serviços de conexão de telecomunicações mais robustos. Em 2020, a relevância do mercado de telecomunicações ficou ainda mais proeminente com o advento da pandemia causada pelo COVID-19, em que no âmbito federal, a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, e também no âmbito Estadual, o Decreto nº 4317, de 21 de março de 2020, consideraram os serviços de Telecomunicações como atividade essencial para população.

Diante desse cenário, que traz desafios e ao mesmo tempo oportunidades, a Copel Telecomunicações fortaleceu suas ações nas frentes de varejo levando a 85 cidades do Paraná o produto Copel Fibra, de internet residencial.

Se os cerca de 180.000 clientes (dados de dezembro de 2019) residenciais navegam na melhor velocidade do mercado paranaense, atendidos pelo *backbone* de 34,2 mil km de fibras óticas que conecta os 399 municípios do Paraná, contam com a confiança de uma rede em formato de anel que faz a redundância das conexões e proporciona um gerenciamento de tráfego altamente confiável. Quer seja uma pequena empresa ou um grande grupo e suas filiais, a rede da Copel Telecomunicações e o datacenter oferecem a solução ideal para os clientes corporativos.

Desde o início da nova gestão, em janeiro de 2019, foram realizadas diversas ações pelos administradores principalmente com relação ao ambiente de controles internos da Companhia, visando:

- Demonstrar o comprometimento com a integridade e os valores éticos;
- Fortalecimento dos controles internos, construídos pelos gestores (1ª linha de Defesa), em conjunto, com a Diretoria de Governança Riscos e Compliance (2ª linha de Defesa) e auditados pela Auditoria Interna da Copel (3ª linha de Defesa). Cabe destacar que a Auditoria Interna teve papel preponderante durante todo o exercício de 2019, com a emissão de relatórios em diferentes áreas, identificando diversas oportunidades de melhoria nos processos da Companhia;
- Busca constante para que todos os empregados e gestores assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca dos objetivos da Copel Telecomunicações;
- Permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos da Companhia;
- Selecionar e desenvolver atividades de controle interno que contribuam com a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos;
- Adotar políticas que estabelecem o que é esperado dos empregados e gestores e os procedimentos que se aplicam a essas políticas entre outros.

Ainda com relação ao ambiente de controles internos, a Administração decidiu incluir o atingimento de controles internos eficazes como meta para todas as áreas da Copel Telecomunicações, com reflexos futuros para o próximo exercício na remuneração variável dos empregados, tal ação também foi adotada

por sua Controladora.

Afora o intenso trabalho realizado com relação a implementação de um ambiente de controles internos robusto na Copel Telecomunicações S.A., com a implementação de diversos controles, em uma breve retrospectiva, destacam-se as seguintes ações colocadas em prática durante o exercício de 2019, na busca de otimizar a vantagem competitiva da Companhia, as quais foram capazes de aumentar a eficiência da Companhia, otimizar os ganhos de receita, promover economia de custos e despesas, otimizar investimentos, cancelar e renegociar contratos.

Desde o início da gestão em janeiro de 2019, houve a preocupação em se fazer o levantamento sobre os contratos vigentes entre a Companhia e seus fornecedores. Sob esse contexto, em relação aos maiores contratos foram estabelecidas negociações entre as partes, que, seguindo a legislação vigente, bem como com amparo em estudos técnicos sobre o mercado de telecomunicações, permitiram a obtenção de descontos e redução dos valores de serviços e produtos prestados à Copel Telecom.

Os principais contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos firmados entre os anos de 2015 e 2018, após negociações em 2019 tiveram significativa redução nos preços praticados, os quais foram devidamente formalizados por Termos aditivos firmados em meados de 2019.

Seguindo-se os trâmites legais previstos na Lei nº 13.303/2016, esses contratos foram descontinuados após licitação bem sucedida finalizada em 27 de dezembro de 2019, em que foram obtidos preços substancialmente menores que os praticados nos contratos anteriores, gerando, portanto, economia substancial dos custos para a Companhia.

Sob o mesmo contexto de avaliação e acompanhamento da execução dos contratos vigentes, foram implementadas medidas de aprimoramento na gestão dos contratos das áreas comercial e de engenharia. Ambas as áreas passaram a atuar com maior sinergia junto aos fornecedores, visando o atendimento integral das condições contratuais, bem como os gestores de contratos passaram por palestras e treinamentos sobre a aplicação de controles internos relativos às suas atribuições.

Outro ponto de destaque com relação a gestão de contratos foi a criação, no segundo semestre de 2019, de uma Comissão multidisciplinar para análise de infrações administrativas nos contratos da Copel Telecom que possui como objetivo a avaliação técnica multidisciplinar dos casos de descumprimento das obrigações contratuais pelos fornecedores, buscando-se celeridade na conclusão dos processos e o devido amparo técnico e legal para, se for o caso, aplicação de penalidades.

Merece destaque, também, a força-tarefa realizada pela equipe técnica da Superintendência Comercial (CTE/SCT) na higienização das contas sob CNPJ da Copel Telecom, a qual permitiu as ações para buscar recuperar receitas não registradas nos exercícios anteriores, bem como a efetiva implantação de regras de controles internos para o cadastro de contas de patrocínio e de circuitos utilizados para uso próprio da Copel Telecom.

Com a participação das 03 (três) Superintendências da Copel Telecom – Comercial, Administrativo-financeira e de Engenharia, bem como da equipe de Contabilidade da Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores (DFI/CCO) e da própria Copel Telecomunicações, foi levada a efeito a adequação das demonstrações financeiras da Copel Telecom dos exercícios de 2018 e 2019, em que revisados os registros patrimoniais e contábeis da empresa, perfizeram um montante de provisões de baixas de aproximadamente R\$ 36 milhões sobre o exercício de 2018 e de 2019. Após aprofundados estudos, foram feitos ajustes da ordem de R\$ 212 milhões, sendo R\$ 125 milhões referentes a desativações do ativo imobilizado e R\$ 87 milhões referentes a *impairment*.

Esses ajustes só foram possíveis após detida análise e realização da adequada apropriação de custos nos elementos PEP (Planing Element Project), revisão da vida útil e análise econômica dos equipamentos e cabos de fibra óptica, recálculo dos valores não depreciados ao longo dos exercícios anteriores, conciliação físico-contábil dos ativos e baixas de ativos que segundo estimativas da Administração não seriam geradores de caixa futuro para a Companhia.

Além do foco principal de realização de uma administração de excelência na Copel Telecom, fica aqui o registro do auxílio incondicional e diuturno prestado ao longo do ano de 2019 à Diretoria de Desenvolvimento de Negócios (DDN, Copel Holding) para os estudos em desenvolvimento com vistas à potencial alienação do ativo. Houve colaboração ostensiva da Copel Telecom na consolidação, elaboração e envio de informações e documentos que retratam com fidedignidade a extensão desse ativo, bem como o destacamento de profissionais do mais alto gabarito da Copel Telecom para as discussões técnicas e estratégicas sobre o possível desinvestimento. Destacou-se, nesse contexto, a realização da Due diligence técnica pela Superintendência de Engenharia (CTE/SET), com a participação de mais de 60 profissionais, em toda a planta da Copel Telecomunicações.

Paralelamente a todos esses movimentos, a Copel Telecomunicações atuou fortemente com seus colaboradores para disseminar a cultura de *compliance*, inovação e a orientação por processos, reduzindo custos e entregando mais eficiência no intuito de levar aos seus clientes o melhor serviço de internet do Estado do Paraná.

No campo socioambiental também tivemos avanços importantes com o projeto de reciclagem de baterias e fibras óticas descartadas, evitando passivo ambiental e ainda gerando receita. O Projeto Internet Sem *Bullying* ganhou o Prêmio ODS 2019 do Pacto Global Brasil, na Categoria Grandes Empresas, Eixo Paz, sendo também apresentado na sede da Organização das Nações Unidas - ONU em Nova Iorque, no Painel “*Engaging Youth for a Sustainable Future*” no evento “*SDGs in Brazil*”.

Fomos a primeira das subsidiárias da Copel a zerar as emissões de CO<sub>2</sub>. Pelo segundo ano consecutivo, a Copel Telecom conquistou o certificado de “Carbono Zero”, neutralizando as 282 toneladas de carbono referentes às emissões de escopo 1, 2 e 3 do inventário de GEE do ano de 2018.

Por fim, conforme comunicado ao mercado em 11.07.2019, a Companhia Paranaense de Energia – Copel, empresa que gera, transmite, distribui e comercializa energia, com ações listadas na B3 (CPLE3, CPLE5, CPLE6), na NYSE (ELPVY, ELP) e na LATIBEX (XCOP), comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em continuidade aos estudos sobre potencial alienação da subsidiária integral Copel Telecomunicações S.A., a contratação do Banco Rothschild, para atuar como assessor financeiro, e do escritório de advocacia Cescon Barrieu, para atuar como assessor jurídico, ambos para auxiliar a Companhia nas próximas etapas dos estudos em questão, as quais estão em andamento até a presente data. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados sobre o andamento das atividades, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

Boa leitura!

Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira

Diretor da Copel Telecomunicações

## 1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Telecomunicações S.A. (Copel Telecom ou Companhia), subsidiária integral da Copel (ou Controladora), presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, elaborando estudos e projetos focados no atendimento das necessidades da Companhia e do mercado em geral. A exploração de tais serviços se dá por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em nível nacional. Sua participação no mercado considerando o número de acessos a nível Nacional está em 0,6%, na Região Sul 2,9% e no Estado do Paraná 7,8%.

### • Prêmios e certificações em 2019

Prêmios / Certificações	Certificador
Selo ODS Sesi - projeto Internet Sem Bullying	SESI - Serviço Social da Indústria
Mensão Honrosa ODS Sesi - Carbono zero	SESI - Serviço Social da Indústria

### • Referencial Estratégico

A Companhia segue o referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

**Missão:** Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

**Visão:** Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

**Valores:**

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

## • Copel Telecom em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	Reapresentado		
	2019	2018	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	1.527.098	1.240.082	23,1
Caixa e equivalentes de caixa	426.548	19.208	2.120,7
Dívida total	651.987	429.486	51,8
Dívida líquida	225.439	410.278	(45,1)
Receita operacional bruta	567.431	584.145	(2,9)
Deduções da receita	157.777	151.850	3,9
Receita operacional líquida	409.654	432.295	(5,2)
Custos e despesas operacionais	557.092	379.804	46,7
Resultado das atividades	(147.438)	52.491	(380,9)
Ebitda ou Lajida	(42.098)	121.302	(134,7)
Resultado financeiro	(33.097)	(24.905)	32,9
IRPJ/CSLL	60.109	(3.509)	1.813,0
Prejuízo/Lucro operacional	(180.535)	27.586	(754,4)
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(120.426)	24.077	(600,2)
Patrimônio líquido	710.129	608.260	16,7
Juros sobre o capital próprio	-	16.300	-
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	6,0	0,7	757,1
Liquidez geral (índice)	0,8	0,3	166,7
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	(10,3)	28,1	(136,7)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	91,8	70,6	30,0
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	(44,1)	6,4	(789,1)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(29,4)	5,6	(625,0)
Participação de capital de terceiros (%)	53,5	51,0	4,9
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) <sup>(1)</sup>	(19,8)	5,3	(473,6)
Capital Circulante Líquido	440.460	(38.087)	1.256,5

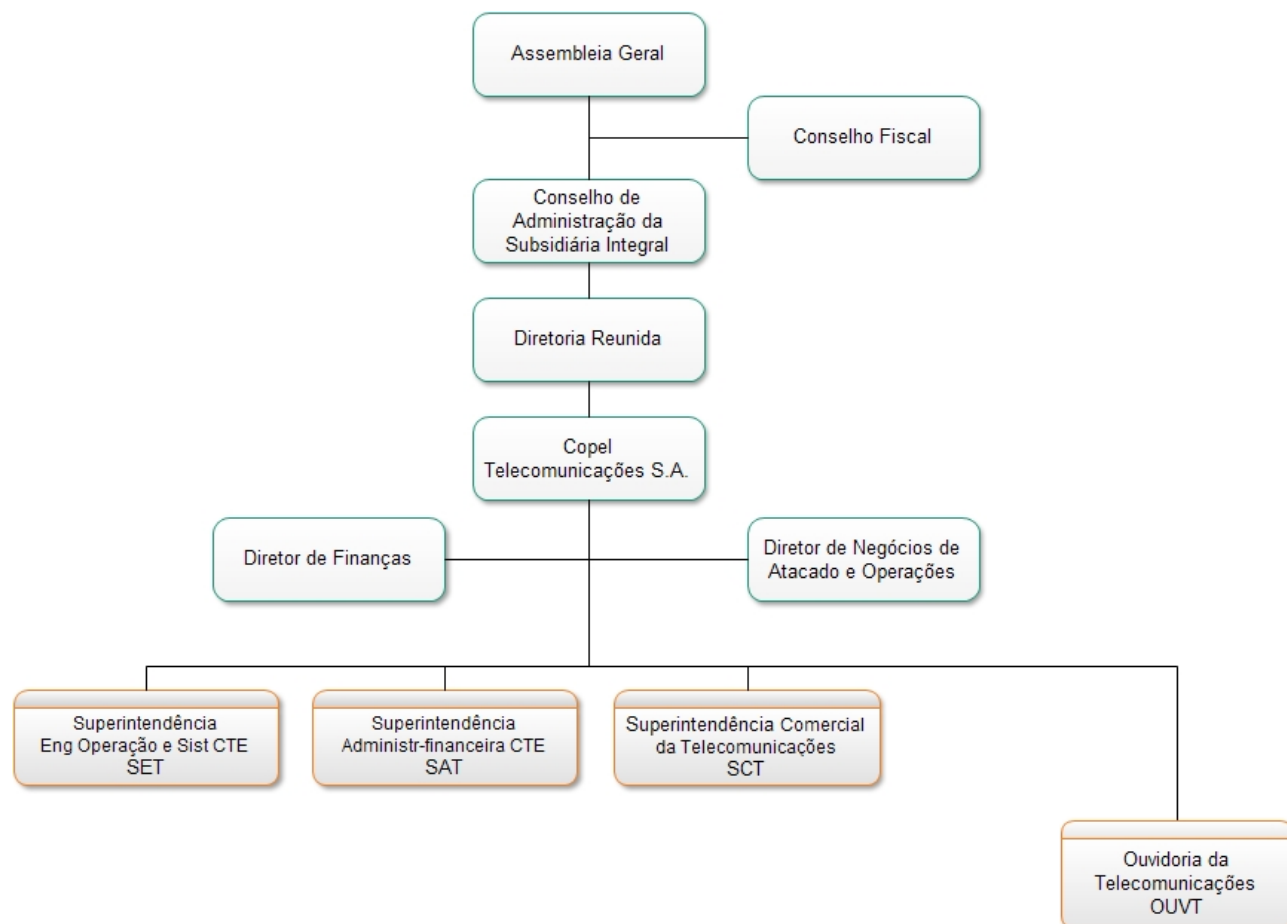
<sup>(1)</sup> LL ÷ (PL inicial)

## 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Telecom segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora. A gestão da Copel tem como referência, além da Lei nº 13.303/2016, o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, a Instrução CVM nº 586/2017, as determinações da *Securities and Exchange Commission* - SEC, e a Lei Sarbanes-Oxley - SOX. A Controladora conta com uma Política de Governança Corporativa, na qual estabelece sua responsabilidade, seus objetivos e compromissos, calcados nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

### 2.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Companhia é a demonstrada a seguir:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Copel no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Comitê de Indicação e Avaliação, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Reunida, Comitê de Auditoria Estatutário e Auditoria interna.

## 2.2. Integridade

### • Programa de Integridade

Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 8.420/2015 e Lei Federal nº 13.303/2016, a Copel publicou, em 2017, seu Programa de Integridade, conjunto de mecanismos internos de integridade, ética, transparência, gestão de riscos, controles internos, *compliance*, auditoria interna e aplicação do Código de Conduta, que devem ser observados por todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais. O Programa tem como objetivo prevenir, detectar e remediar possíveis atos que tenham impacto sobre a Companhia. A iniciativa é coordenada pela Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Controladora, monitorado por auditoria interna e externa, e submetido ao Comitê de Auditoria Estatutário da Copel.

A divulgação e a disseminação do Programa de Integridade e outras iniciativas de *compliance* são feitas periodicamente em meio eletrônico para toda a Companhia. A consulta a seu inteiro teor pode ser feita nos canais *online* internos e externos da Copel, por meio do Portal de *Compliance*.

### • Controles internos

Os processos operacionais são anualmente avaliados quanto aos riscos relacionados a erros ou fraudes que possam interferir nos resultados das demonstrações financeiras, sendo estabelecidos controles internos, submetidos a testes pela Auditoria Interna e pelo Auditor Independente, com resultados relatados à Administração. Os testes ocorrem anualmente, a partir de outubro, e são finalizados com avaliação de gravidade e magnitude das deficiências na ocasião do arquivamento do Formulário 20-F da Controladora na SEC, em abril de cada ano.

Levando em conta o número de processos mapeados para atendimento à Lei Sarbanes Oxley, 100% das operações da Copel foram submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.

A Companhia desenvolve, ainda, atividades voltadas à manutenção do ambiente de controles internos e ao cumprimento dos requisitos legais e regulatórios vigentes, especialmente da SOX. A estrutura de controles internos segue os padrões do *Committee of Sponsoring Organizations for the Treadway Commission* - COSO, que é um modelo de referência reconhecido internacionalmente.

### • Canais de denúncia

Visando acolher opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas pessoais, a Copel Telecomunicações disponibiliza canais de comunicação, que além de contribuir para o combate a fraudes e corrupção, também ampliam o relacionamento da organização com as partes interessadas. São eles:

- Canal de Denúncias independente: destina-se ao recebimento de denúncias e comunicações relativas ao não cumprimento de leis e normas, especialmente sobre o descumprimento do código de conduta, bem como situações de fraudes, corrupção ou irregularidades que envolvam questões de finanças, auditoria ou contabilidade. O canal garante proteção, preservação da identidade do manifestante e resposta à denúncia. Está disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, por meio do endereço <https://www.copel.com/canaldedenuncias/> (nos idiomas Português e Inglês) ou, pelo telefone: 0800 643 5665.
- Comitê de Ética da Controladora, aprovado na 197ª reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel realizado em dezembro de 2019, sendo formado por membros da Diretoria e do Conselho de Administração, sendo responsável pelo monitoramento do Canal de Denúncias e com autoridade para aplicação de medidas disciplinares;
- Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam: atende e apoia todo empregado vítima de assédio moral em seu ambiente de trabalho. As informações são confidenciais e tanto o denunciante como o denunciado têm garantia de preservação de identidade.
- Ouvidoria: A Ouvidoria Copel Telecomunicações está disponível no telefone 0800 649 3949 e no e-mail [ouvidoriatelecom@copel.com](mailto:ouvidoriatelecom@copel.com), estando apta a receber as manifestações pessoalmente, em dias úteis no horário das 10h00 às 16h00, ou por meio de correspondência enviada a seu endereço, na Rua José Izidoro Biazetto, 158 Bloco A Sala 6 – Mossunguê 81.200-240 – Curitiba – Pr.

### • Auditoria Externa

Em relação à Auditoria Externa, a Copel Telecom segue diretrizes de Governança Corporativa da Controladora. Nos termos estabelecidos pela Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria da Controladora, a Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 21.03.2016, para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Os trabalhos necessários à avaliação do ano fiscal se estenderão até 30.06.2020, data que corresponderá ao seu termo, podendo ser prorrogado formalmente em até 12 meses.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Instrução CVM nº 308/1999, e/ou o disposto na Lei nº 8.666/1993 - “Lei das Licitações”.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Controladora, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa

de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### 3.1. Análise macroeconômica

O Brasil fechou o ano de 2019 com 32,6 milhões de acessos em banda larga fixa, crescimento de 4,3% em relação a 2018. Já a fibra óptica proveu acesso a 10 milhões de domicílios, com um crescimento de 71,8% no uso da tecnologia em um ano. As conexões acima de 34Mb estavam presentes em 6,1 milhões de domicílios brasileiros, o que representa uma evolução de 36,7%. A Anatel divulgou os números consolidados de mercado. Os acessos à banda larga fixa ficaram em 32,6 milhões de domicílios, com uma densidade de 46,8 domicílios a cada 100. Desses, 31,6% usam cabos metálicos; 30,7%, fibra ótica; e 29,4%, cabo coaxial.

Com relação à telefonia, esses dois setores de comunicações apresentaram reduções no ano de 2019, segundo a Anatel: “a telefonia móvel, com 226,67 milhões de números ativos, e a telefonia fixa, com 33,50 milhões de linhas, apresentaram redução de 1,1% e 10,6%, respectivamente”.

O conjunto das Prestadoras de Pequeno Porte - PPPs encerrou 2019 conectando 9,9 milhões de domicílios à internet fixa, com um crescimento de 32,4% em 12 meses. Esse número representa a maior participação de mercado, se comparado às grandes operadoras.

#### 3.2. Desempenho das atividades

A Copel Telecom é responsável pelo fornecimento dos serviços de telecomunicações no Paraná. Desde 1998, a Companhia detém a autorização para explorar estes serviços e oferecer a mais alta tecnologia para empresas, poderes públicos e no varejo para clientes residenciais em 85 cidades. Por meio de sua robusta rede de fibras óticas que formam um backbone de 34,2 mil km, transporta dados em ultravelocidade e gerencia um anel óptico que atende com confiança aos 399 municípios do Paraná para clientes de pequenas, médias e grandes empresas com um portfólio de produtos de transporte de dados, voz e datacenter.

Do campo tecnológico para o social e ambiental, a Copel Telecomunicações teve conquistas importantes em 2019: O Projeto Internet Sem Bullying ganhou o Prêmio ODS 2019 do Pacto Global Brasil, na Categoria Grandes Empresas, Eixo Paz. O case também foi apresentado na sede da ONU em Nova Iorque, no Painel “*Engaging Youth for a Sustainable Future*” no evento “SDGs in Brazil”.

A Copel Telecom fornece link de dados para praticamente toda a rede estadual de educação, cerca de 2.200 escolas. A Companhia é uma das pioneiras no setor de telecomunicações no envio de fibras óticas para reciclagem. Em 2019 foram recicladas 49,7 toneladas de sucata de fibra ótica.

A Copel Telecom é a única subsidiária da Copel a conseguir neutralizar suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), adquirindo créditos de carbono. Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia conquistou o certificado de “Carbono Zero” neutralizando as 282 toneladas de carbono referentes às emissões de escopo 1, 2 e 3 do inventário de GEE do ano de 2018.

## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

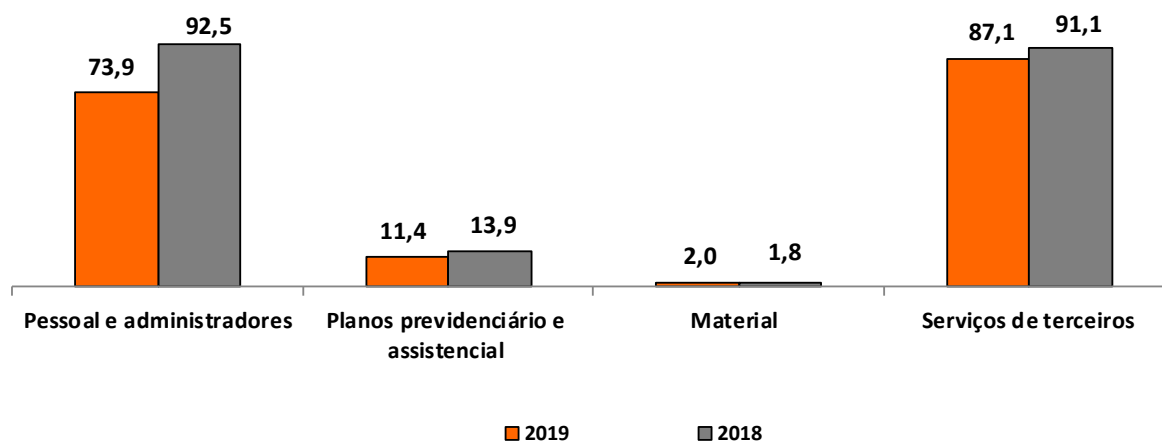
O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 2019 e 2018 totalizaram R\$ 426,5 milhões e R\$ 19,2 milhões respectivamente. Esta variação foi provocada pela geração de R\$ 181,5 milhões com as atividades operacionais, à utilização de R\$ 177,8 milhões nas atividades de investimento e à geração de R\$ 403,7 milhões pelas atividades de financiamento.

### 4.2. Receita Operacional Líquida

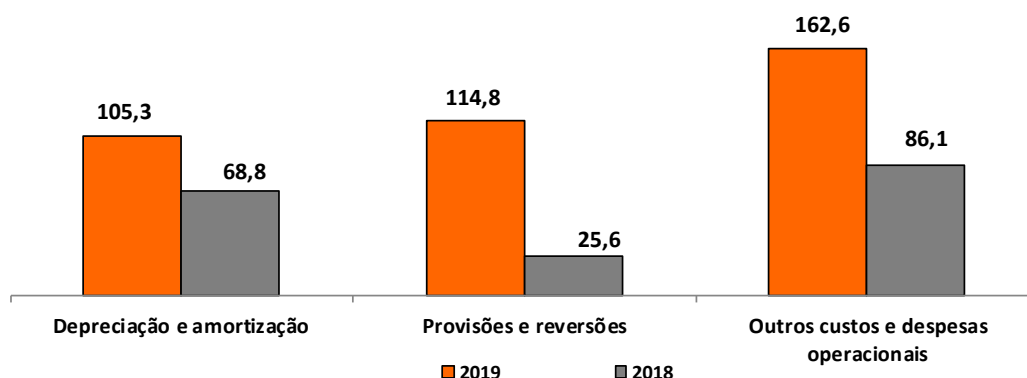
Em 2019, a Receita Operacional Líquida teve decréscimo de R\$ 22,6 milhões, representando 5,2% de redução em relação a 2018. Tal variação decorre principalmente da redução do número de circuitos de banda larga.

### 4.3. Custos e Despesas Operacionais

Tiveram acréscimo de R\$ 177,3 milhões em 2019, representando um aumento de 46,7%, influenciados, principalmente por:



- 1) Decréscimo de R\$ 18,5 milhões em **Pessoal e administradores** decorrente principalmente pela redução do quadro de empregados e política de redução de custos; compensada parcialmente pelo reajuste salarial, conforme acordo coletivo, de 2,92% em outubro de 2019.
- 2) Decréscimo de R\$ 4,0 milhões em **Serviços de Terceiros** em virtude principalmente do menor custo com a contratação de serviços de comunicação, processamento e transmissão de dados e na manutenção de instalações.



- 3) Acréscimo de R\$ 36,5 milhões em **Depreciação e Amortização**, devido ao investimento crescente nos últimos anos.
- 4) Acréscimo de R\$ 89,2 milhões em **Provisões e Reversões** decorrente da provisão para ajuste ao valor de recuperação de ativos (*Impairment*) ocorrida em 2019, de R\$ 87,4 milhões. Informações adicionais podem ser encontradas na Nota Explicativa 8.4 das Demonstrações Financeiras.
- 5) Acréscimo de R\$ 76,5 milhões em **Outros custos e despesas operacionais**, devido principalmente às perdas na desativação do imobilizado/intangível no valor de R\$ 117,2 milhões em 2019, frente ao montante de R\$ 36,0 milhões em 2018; parcialmente compensada pela redução de R\$ 11,2 milhões em Propaganda e publicidade.

#### 4.4. EBITDA ou LAJIDA

Em R\$ milhões	Reapresentado	
	2019	2018
Prejuízo/lucro líquido	(120.426)	24.077
IRPJ e CSLL diferidos	(60.109)	(17.576)
IRPJ e CSLL	-	21.085
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	33.097	24.905
<b>Lajir/Ebit</b>	<b>(147.438)</b>	<b>52.491</b>
Depreciação e Amortização	105.340	68.811
<b>Lajida/Ebitda</b>	<b>(42.098)</b>	<b>121.302</b>
Receita Operacional Líquida - ROL	409.654	432.295
<b>Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)</b>	<b>-10,3%</b>	<b>28,1%</b>

O Ebitda da Copel Telecom em 2019 foi negativo de R\$ 42,1 milhões, apresentando decréscimo de R\$ 163,4 milhões em relação a 2018, o que representa 134,7% de variação.

#### 4.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou variação negativa de R\$ 8,2 milhões devido ao aumento de 29,1% em despesas financeiras proveniente principalmente da variação monetária e encargos da dívida, em decorrência do montante maior em captação de recursos.

#### 4.6. Endividamento

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 42,0 milhões, sendo R\$ 36,2 milhões de principal e R\$ 5,8 milhões de encargos. A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em curto e longo prazo é:

Em R\$ milhões	Curto Prazo	Longo Prazo				Total
	2020	2021	2022	2023	2024	
Empréstimos e Financiamentos	4.807	-	-	-	-	4.807
Debêntures	18.227	7.356	360.635	121.255	139.707	647.180
<b>Total</b>	<b>23.034</b>	<b>7.356</b>	<b>360.635</b>	<b>121.255</b>	<b>139.707</b>	<b>651.987</b>

#### 4.7. Prejuízo/Lucro Líquido

Em 2019, a Copel Telecom incorreu em prejuízo líquido de R\$ 120,4 milhões, sendo 600,2% inferior ao lucro obtido no exercício anterior, de R\$ 24,1 milhões.

#### 4.8. Programa de Investimentos

O programa de investimentos para 2020 foi aprovado na 184ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração – Rocard da Copel, sendo atualizado na 193ª Rocard e na 196ª Rocard. Seguem valores realizados e previstos:

	Realizado		Previsto 2020	Variação % 2019-2018
	2019	2018		
Investimentos	146,3	309,4	123,9	(52,7)

## 5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

### 5.1. Recursos humanos

Os 412 empregados do quadro próprio da Copel Telecom estão distribuídos em três carreiras: profissional de nível médio (121 empregados), profissional técnico de nível médio (187 empregados) e profissional de nível superior (104 empregados). Em 2019, 28 empregados desligaram-se da Companhia, desses 16 pelo Programa de Demissão Incentivada - PDI. A taxa de rotatividade foi de 2,9% em 2019 e 2,8% em 2018.

#### • Desenvolvimento de Pessoal

Em uma era em que as pessoas e seu conhecimento tornaram-se o principal diferencial competitivo das empresas, incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando sempre com profissionais qualificados e experientes, é a estratégia da Copel Telecom em face desse desafio, permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira. Para isso, são promovidas diversas ações de educação que vão desde treinamentos básicos até cursos de pós-graduação e o desenvolvimento de pesquisa. Essas ações são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, *workshops*, congressos, etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A Copel Telecom também oferece treinamentos para empregados terceirizados, desde que previstos em contrato ou por interesse da Companhia, voltados para integração e atividades específicas a serem realizadas pelos profissionais em sua prestação de serviços.

O modelo de Educação Corporativa tem como fundamento a atuação sinérgica e cooperativa da Universidade Corporativa e das áreas de treinamento das subsidiárias integrais, focando a competitividade e a rentabilidade dos negócios.

Em 2019, por meio de sua controladora, a UniCopel adquiriu assinatura de uma plataforma de conteúdos para o aperfeiçoamento profissional de seus empregados. São temas como planejamento do tempo, feedback, aprendendo a aprender, entre outros títulos, e que são abertos a toda a Companhia. O objetivo é dar oportunidade de capacitação a todos os empregados.

Além disso, desenvolveu as trilhas de aprendizagem, com uma abordagem voltada a metodologia 70-20-10, em que 70% do aprendizado ocorre durante seu dia a dia no trabalho, por meio de projetos e participações em reuniões e grupos de trabalhos, por exemplo; 20% por meio de comunidades de práticas e sistemas

semi-estruturados de educação; e 10% por meio de ações estruturadas de educação como cursos, eventos e programas.

A proposta da Companhia é dar oportunidades diferentes de aprendizado a todos os empregados que necessitam desse conteúdo. São conteúdos que estão ligados diretamente ao trabalho e visam dar acesso a informações, muitas vezes, dispersas pelos sistemas da empresa ou com os especialistas, que em muitos casos não são conhecidos por todos.

### **Programa Liderança Transformadora**

Nesse ano, destaca-se o início do desenvolvimento do projeto de gestão por competências gerenciais. A proposta é, após levantamento das competências comportamentais e técnicas dos gestores da Copel, aplicar metodologia de avaliação e desenvolvimento das competências desses gestores. Assim, elevando o nível de entrega dessa função, ao mesmo tempo que institui um novo modo de identificar as necessidades de capacitação e desenvolvimento.

Ainda, a UniCopel coordenou a Implantação do Programa de Sucessão Gerencial, denominado "Trilhando o Futuro" para empregados que aspiram à carreira gerencial. Essa iniciativa teve 24 participantes, que responderam a um questionário de identificação de perfil para composição de uma banco de potenciais sucessores.

Também, as gerências já designadas da Copel participaram do programa de Assessment, com aplicação de ferramenta de desenvolvimento do comportamento gerencial. Essa iniciativa está subsidiando ações de desenvolvimento, treinamento e capacitação, e é uma opção utilizada como ferramenta de apoio à tomada de decisão por ocasião de designação gerencial em processo seletivo interno.

### **Outros programas**

Além dos programas próprios de treinamento e capacitação, a Companhia incentiva a formação de seus profissionais por meio das seguintes iniciativas:

- Programa de Capacitação em Língua Estrangeira - instituído em 2012, é destinado aos empregados que executam atividades nas quais outro idioma é exigido.
- Cursos de pós-graduação - visa o desenvolvimento profissional em temas específicos e estratégicos com foco na produção de pesquisas, dissertações, teses, gerando inovações e melhorias para a Companhia.

### **• Benefícios**

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel e os Jogos Internos; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas; e complementação de auxílio doença. Além desses, à partir de outubro/2018 os empregados,

opcionalmente, podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, com consequente redução salarial, conforme critérios previstos em norma interna. Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel Telecom é patrocinadora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

- **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010, sendo o montante distribuído de forma igualitária a todos os empregados. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2019 (R\$ 2.085,00) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 998,00) era de 2,09 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Relações trabalhistas**

A Controladora se relaciona com os sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro), esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

- **Avaliação de desempenho**

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel Telecom é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, anualmente, é aprimorado segundo as melhores práticas do mercado. Para o ciclo 2019, o período de avaliação ocorrerá entre janeiro e março.

## **5.2. Fornecedores**

Os fornecedores da Copel Telecomunicações devem respeitar a legislação vigente no País em todos os seus âmbitos. A exigência de conformidade está expressa no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em cláusulas contratuais, nos manuais de cadastramento de fornecedores e nas normas e manuais técnicos, permanentemente disponibilizados online.

Quando o objeto do contrato é a cessão de mão de obra, os trabalhadores terceirizados passam por processo de integração, no qual a Companhia destaca suas demandas contratuais em relação às questões socioambientais, de direitos humanos e trabalhistas, de acessibilidade e de inclusão e combate ao trabalho

infantil. O descumprimento de tal exigência pode implicar sanções administrativas, como multas, rescisão contratual ou, até mesmo, o impedimento, por até dois anos, de participar de novas licitações.

Desde 2009, a Copel Telecomunicações mantém em seus contratos uma cláusula padrão de responsabilidade socioambiental. A partir de 2016, as contratações passaram a ser acompanhadas de Declaração de Idoneidade e de Responsabilidade Social. Em 2018, passou a vigorar um novo modelo de contrato, que inclui também aspectos de direitos humanos, com destaque para o cumprimento dos 10 Princípios do Pacto Global.

Dependendo do objeto a ser contratado, algumas cláusulas específicas relativas a requisitos ambientais são inseridas nas minutas no edital de licitação / instrumento de contrato.

### **5.3. Clientes**

Os clientes da Copel Telecom contam com a Ouvidoria como um dos canais de atendimento. É função desse canal acompanhar sugestões, reclamações e denúncias recebidas diretamente pela Companhia; pela ouvidoria da agência reguladora, a Anatel; e pela plataforma da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, do Ministério da Justiça; além das demandas apresentadas pelo Procon e pela Ouvidoria Geral do Estado. A meta da Ouvidoria é responder às manifestações em até dez dias úteis. Em 2019, 100% das manifestações foram respondidas. Como resultado, grande parte das manifestações que seriam encaminhadas para entidades externas, como o Procon, a Senacon ou mesmo a Anatel, foram tratadas pela própria Companhia.

### **5.4. Gestão da Sustentabilidade**

A sustentabilidade empresarial está integrada e evidenciada na Copel Telecomunicações através do seu referencial estratégico, e está contida na missão e visão de seus negócios. As atividades da Companhia alinham-se à Política de Sustentabilidade, que integra o planejamento e a gestão da sustentabilidade, com o objetivo de otimizar o desempenho financeiro, o social e o ambiental. Complementarmente, a Política de Mudança do Clima estabelece as diretrizes para a mitigação dos gases de efeito estufa e a adaptação dos negócios, avaliando os riscos e as oportunidades relacionadas à mudança do clima.

Por essa razão, a Copel Telecomunicações, através de sua Controladora, é signatária do Pacto Global desde 2000, e é membro fundador do Comitê da Rede Global do Pacto Global, criado em 2003, apoiando o movimento para disseminar os princípios do Pacto Global, e para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

A gestão da sustentabilidade é baseada nas melhores práticas de mercado. Além de orientar e avaliar o desempenho empresarial, ela o compara às referências globais e locais, tomando como referência o Índice de Sustentabilidade Empresarial B3 - ISE, Indicadores Ethos para Modelos de Negócios Sustentáveis e Responsáveis, *Dow Jones Sustainability Index*, e outras avaliações e classificações relacionadas a ASG (Ambiental, Social e Governança).

Por meio do Relato Integrado Copel, o desempenho em sustentabilidade é comunicado a todas as partes

interessadas, seguindo as diretrizes internacionais das normas da *Global Reporting Initiative* - GRI e da *International Integrated Reporting Initiative* - IIRC. Para garantir a confiabilidade das informações divulgadas, os dados são submetidos à asseguuração de auditoria externa independente.

A Copel Telecomunicações, através de sua Controladora, possui uma série de programas e projetos que atuam como vetores das ações relacionadas à sustentabilidade e à responsabilidade social:

- EducaODS: pretende sensibilizar e informar os públicos interno e externo da Companhia sobre a importância dos ODS, contribuindo para a conscientização, mudança de valores e de comportamentos em relação ao desenvolvimento sustentável. Deste modo, programa motiva a atuação em prol dos ODS.
- Programa de Direitos Humanos: tem o propósito disseminar conhecimento e orientações relativas aos Direitos Humanos, bem como criar mecanismos e práticas que auxiliem a verificação e a promoção desses direitos na Copel e em sua cadeia produtiva. Norteados por documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), o programa toma como base especialmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Global e os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos.
- Programa Eletricidadania: incentiva os colaboradores a dedicarem de forma voluntária e espontânea, até 8 horas do seu tempo de trabalho profissional, a cada dois meses, para realização de ações sociais. As frentes de atuação foram inspiradas pelos ODS e abrangem temas como direitos humanos, educação, inclusão, saúde, meio ambiente, cidadania e sustentabilidade.
- Programa de Diversidade: atua pela garantia da igualdade de direitos, oportunidades e reconhecimento, com atenção a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação de gênero, raça, cor, deficiência, orientação sexual, idade e religião.
- Programa de Coleta Seletiva Solidária: atende a legislação estadual sobre a destinação de resíduos recicláveis às associações e cooperativas de catadores, contribuindo principalmente com o ODS1, ODS10 e ODS 11.

Por fim, em 2019 foi realizada a primeira edição do Desafio Copel da Sustentabilidade, iniciativa que incluiu instalações da Copel em todo o Paraná, envolvendo diretamente os empregados. O objetivo do desafio é, por meio da gamificação, disseminar os ODS, bem como a melhorar os indicadores ambientais e sociais da Copel. Ele inclui ações que envolvem a comunidade, instituições públicas, ONGs e outras partes interessadas.

Outras informações sobre Sustentabilidade na Copel Telecomunicações estão disponíveis no Relatório Integrado Copel ([www.copel.com/sustentabilidade](http://www.copel.com/sustentabilidade)).

## 6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL				
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
		2019	2018	
<b>1 - BASE DE CÁLCULO</b>			<b>reapresentado</b>	
NE 17	Receita Líquida - RL	409.654	432.295	
<b>2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>			<b>% Sobre RL</b>	
NE 18.1	Remuneração dos administradores	1.662	0,4	2.168
	Remuneração dos empregados	50.782	12,4	65.069
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	7.599	1,9	8.970
	Encargos sociais compulsórios	17.181	4,2	21.270
	Plano previdenciário	4.524	1,1	5.890
	Saúde (Plano assistencial)	8.660	2,1	9.835
	Capacitação e desenvolvimento profissional	596	0,1	526
NE 18.1	Participação nos lucros e/ou resultados	9.155	2,2	6.396
NE 18.1	Indenizações Trabalhistas	2.133	0,5	4.054
(1)	Outros benefícios	426	0,1	619
	<b>Total</b>	<b>102.718</b>	<b>25,0</b>	<b>124.797</b>
<b>3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>			<b>% Sobre RL</b>	
	Cultura	974	0,2	607
	Esporte	-	-	113
	Outros	-	-	334
	<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>974</b>	<b>0,2</b>	<b>1.132</b>
<b>4 - INDICADORES AMBIENTAIS</b>			<b>% Sobre RL</b>	
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	54	0,0	54
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	4	0,0	11
	<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>0,0</b>	<b>65</b>
	Quantidade de sanções ambientais	-	-	-
	Valor das sanções ambientais (R\$ Mil)	-	-	-
<b>4 - INDICADORES AMBIENTAIS</b>			<b>2019</b>	
<b>Metas ambientais</b>			<b>Metas 2020</b>	
	- Envio para reciclagem de 100% dos resíduos típicos de telecomunicações			
	- Neutralização de 100% das emissões escopo 1 de carbono CTE relacionadas no Inventário de Gases de Efeito Estufa do ano anterior	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%
	- Redução de resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumento da eficácia na utilização de recursos naturais			

NE - Nota Explicativa

	2019			2018		
<b>5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>						
<b>Empregados no final do período</b>	<b>412</b>			<b>478</b>		
<b>Admissões durante o período</b>	<b>-</b>			<b>2</b>		
<b>Escolaridade dos empregados(as):</b>	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total Superior e extensão universitária	295	226	69	308	226	82
Total 2º Grau	116	104	12	169	148	21
Total 1º Grau	1	1	-	1	1	-
<b>Faixa etária dos empregados(as):</b>						
De 18 até 30 anos (exclusive)	19			27		
De 30 até 45 anos (exclusive)	212			250		
De 45 até 60 anos (exclusive)	177			199		
60 anos ou mais	4			2		
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>	<b>81</b>			<b>103</b>		
<b>% Mulheres em cargos gerenciais:</b>						
em relação ao nº total de mulheres	12,3			10,7		
em relação ao nº total de gerentes	22,2			20,0		
<b>Negros(as) que trabalham na empresa</b>	<b>47</b>			<b>55</b>		
<b>% Negros(as) em cargos gerenciais:</b>						
em relação ao nº total de negros(as)	8,5			7,3		
em relação ao nº total de gerentes	8,9			7,3		
<b>Portadores(as) de necessidades especiais</b>	<b>5</b>			<b>6</b>		
<b>Dependentes</b>	<b>480</b>			<b>518</b>		
(2) <b>Terceirizados</b>	<b>25</b>			<b>33</b>		
(3) <b>Aprendiz (es)</b>	<b>5</b>			<b>11</b>		
(3) <b>Estagiários(as)</b>	<b>25</b>			<b>36</b>		
<b>Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício</b>	<b>211</b>			<b>250</b>		
<b>Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício</b>	<b>90</b>			<b>90</b>		
<b>6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL</b>						
<b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>	<b>13</b>			<b>13</b>		
(4) <b>Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)</b>	<b>3</b>			<b>11</b>		
<b>Número total de reclamações e críticas de consumidores:</b>						
na empresa	16.803			16.091		
(5) de segundo nível	4.934			5.233		
na Justiça	128			126		
<b>% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:</b>						
na empresa	100,0%			100,0%		
(5) de segundo nível	100,0%			100,0%		
na Justiça	3,1%			16,7%		

NE - Nota Explicativa

	2019	Metas 2020
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	<b>direção e gerências</b>	<b>direção e gerências</b>
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<b>todos + Cipa</b>	<b>todos + Cipa</b>
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	<b>incentiva e segue a OIT</b>	<b>incentivará e seguirá a OIT</b>
A previdência privada contempla:	<b>todos</b>	<b>todos</b>
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<b>todos</b>	<b>todos</b>
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<b>são exigidos</b>	<b>serão exigidos</b>
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<b>organiza e incentiva</b>	<b>organizará e incentivará</b>

#### 7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez, Morte acidental, Auxílio creche, Auxílio educação, Cultura e Segurança e Medicina no trabalho.

(2) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados. Também não contempla os terceiros que atuam na expansão do sistema da Copel Telecom.

(3) Não compõem o quadro de empregados.

(4) Calculado através da metodologia empregada no Relatório de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.

(5) Inclui as reclamações no Procon, Ouvidoria, Consumidor.gov e Anatel julgadas procedentes.

## 7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO  
Secretário Executivo WENDELL ALEXANDRE PAES DE ANDRADE DE OLIVEIRA  
Membro ANA LETÍCIA FELLER

### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO  
Membros CARLOS BIEDERMANN  
LEILA ABRAHAM LORIA  
LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA  
OLGA STANKEVICIUS COLPO

### CONSELHO FISCAL

Presidente DEMETRIUS NICHELE MACEI  
HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR  
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO  
Conselheiro Suplente EMIR CALLUF FILHO  
JOÃO LUIZ GIONA JUNIOR  
OTAMIR CESAR MARTINS

### DIRETORIA

Diretor Presidente WENDELL ALEXANDRE PAES DE ANDRADE DE OLIVEIRA  
Diretor de Finanças ELOIR JOAKINSON JUNIOR  
Diretor de Negócios de Atacado e Operações VAGA EM ABERTO

### CONTADOR

CRC-PR- 039879/O-1 GERONIMO AMILTON THOMAZI



## **Copel Telecomunicações S.A.**

CNPJ/MF 04.368.865/0001-66

Inscrição Estadual 90233099-28

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

[www.copeltelecom.com](http://www.copeltelecom.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **2019**

## SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
Balancos Patrimoniais.....	3
Demonstrações de Resultados.....	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1 Contexto Operacional.....	9
2 Base de Preparação.....	9
3 Principais Políticas Contábeis.....	14
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	19
5 Clientes.....	20
6 Tributos.....	21
7 Depósitos Judiciais.....	24
8 Imobilizado.....	24
9 Intangível.....	27
10 Obrigações Sociais e Trabalhistas.....	27
11 Empréstimos e Financiamentos.....	28
12 Debêntures.....	29
13 Benefícios Pós-emprego.....	30
14 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos.....	35
15 Provisões para Litígios e Passivo Contingente.....	37
16 Patrimônio Líquido.....	39
17 Receita Operacional Líquida.....	40
18 Custos e Despesas Operacionais.....	41
19 Resultado Financeiro.....	43
20 Instrumentos Financeiros.....	43
21 Transações com Partes Relacionadas.....	47
22 Seguros.....	48
23 Transações que não envolvem caixa.....	48
24 Eventos subsequentes.....	48
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	49
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO.....	52
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL.....	60

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e em 1º de janeiro de 2018  
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado	1º.01.2018 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	426.548	19.208	31.977
Clientes	5	51.668	49.062	44.453
Outros créditos		2.487	6.713	3.100
Estoques		7.607	7.801	7.356
Imposto de renda e contribuição social	6.1	31.691	18.898	19.209
Outros tributos a recuperar	6.2	8.616	9.745	7.173
Despesas antecipadas		137	101	61
Partes relacionadas		-	-	76
		<b>528.754</b>	<b>111.528</b>	<b>113.405</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				
Clientes	5	13.129	23.006	27.766
Depósitos judiciais	7	14.393	14.995	12.376
Outros créditos		94	104	104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.1	101.389	36.178	18.671
Outros tributos a recuperar	6.2	8.765	14.514	10.626
		<b>137.770</b>	<b>88.797</b>	<b>69.543</b>
<b>Imobilizado</b>	8	<b>833.974</b>	<b>1.023.535</b>	<b>829.219</b>
<b>Intangível</b>	9	<b>19.844</b>	<b>16.222</b>	<b>16.707</b>
<b>Direito de uso de ativos</b>	14.1	<b>6.756</b>	-	-
		<b>998.344</b>	<b>1.128.554</b>	<b>915.469</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.527.098</b>	<b>1.240.082</b>	<b>1.028.874</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e em 1º de janeiro de 2018 (continuação)  
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2019	31.12.2018	1º.01.2018
			Reapresentado	Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>				
Obrigações sociais e trabalhistas	10	20.119	18.640	25.586
Partes relacionadas		-	-	5.319
Fornecedores		24.502	66.492	42.392
Imposto de renda e contribuição social		2.350	2.350	1.863
Outras obrigações fiscais	6.2	10.576	14.504	11.513
Empréstimos e financiamentos	11	4.807	5.799	5.936
Debêntures	12	18.227	8.612	7.415
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	29.260	15.405
Benefícios pós-emprego	13	2.468	2.136	1.900
Passivo de arrendamentos	14.2	3.812	-	-
Outras contas a pagar		1.433	1.822	1.556
		<b>88.294</b>	<b>149.615</b>	<b>118.885</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Outras obrigações fiscais	6.2	8.684	8.356	7.933
Empréstimos e financiamentos	11	-	4.773	10.401
Debêntures	12	628.953	410.302	392.766
Benefícios pós-emprego	13	49.614	33.173	32.869
Passivo de arrendamentos	14.2	3.231	-	-
Provisões para litígios	15	38.193	25.603	13.066
		<b>728.675</b>	<b>482.207</b>	<b>457.035</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>Atribuível aos acionistas da empresa controladora</b>				
Capital social	16.1	483.323	316.098	316.098
Adiantamento para futuro aumento de capital		212.100	147.125	-
Ajustes de avaliação patrimonial	16.2	(2.637)	7.268	5.998
Reserva legal	16.3	17.343	21.921	20.315
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	115.848	110.543
		<b>710.129</b>	<b>608.260</b>	<b>452.954</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.527.098</b>	<b>1.240.082</b>	<b>1.028.874</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	17	<b>409.654</b>	<b>432.295</b>
<b>Custos Operacionais</b>	18	<b>(335.500)</b>	<b>(230.335)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>74.154</b>	<b>201.960</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>			
Despesas com vendas	18	(41.493)	(57.400)
Despesas gerais e administrativas	18	(43.791)	(39.382)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(136.308)	(52.687)
		<b>(221.592)</b>	<b>(149.469)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(147.438)</b>	<b>52.491</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras	19	20.760	16.808
Despesas financeiras	19	(53.857)	(41.713)
		<b>(33.097)</b>	<b>(24.905)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>		<b>(180.535)</b>	<b>27.586</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Imposto de renda e contribuição social	6.3	-	(21.085)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	60.109	17.576
		<b>60.109</b>	<b>(3.509)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>(120.426)</b>	<b>24.077</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
em milhares de reais

	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(120.426)</b>	<b>24.077</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>		
Ganhos (perdas) com passivos atuariais benefícios pós-emprego	(15.007)	1.924
Tributos sobre outros resultados abrangentes	5.102	(654)
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos</b>	<b>(9.905)</b>	<b>1.270</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(130.331)</b>	<b>25.347</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018 - reapresentado</b>		<b>316.098</b>	-	<b>5.998</b>	<b>20.315</b>	<b>110.543</b>	-	<b>452.954</b>
Ajustes decorrentes da adoção dos CPCs 47 e 48							(866)	(866)
Transferência para a reserva de retenção de lucros						(866)	866	-
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018 - ajustado</b>		<b>316.098</b>	-	<b>5.998</b>	<b>20.315</b>	<b>109.677</b>	-	<b>452.088</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	24.077	24.077
Outros resultados abrangentes								
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	16.2	-	-	1.270	-	-	-	1.270
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		-	-	<b>1.270</b>	-	-	<b>24.077</b>	<b>25.347</b>
Recebimento de adiantamento		-	147.125	-	-	-	-	147.125
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	16.4	-	-	-	1.606	-	(1.606)	-
Juros sobre o capital próprio	16.4	-	-	-	-	-	(16.300)	(16.300)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	6.171	(6.171)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado</b>		<b>316.098</b>	<b>147.125</b>	<b>7.268</b>	<b>21.921</b>	<b>115.848</b>	-	<b>608.260</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(120.426)	(120.426)
Outros resultados abrangentes								
Perdas atuariais, líquidas de tributos	16.2	-	-	(9.905)	-	-	-	(9.905)
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		-	-	<b>(9.905)</b>	-	-	<b>(120.426)</b>	<b>(130.331)</b>
Recebimento de adiantamento		-	232.200	-	-	-	-	232.200
Aumento de capital		167.225	(167.225)					
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	(4.578)	(115.848)	120.426	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>483.323</b>	<b>212.100</b>	<b>(2.637)</b>	<b>17.343</b>	-	-	<b>710.129</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(120.426)	24.077
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa pelas atividades operacionais</b>			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		54.337	43.802
Imposto de renda e contribuição social	6.3	-	21.085
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	(60.109)	(17.576)
Depreciação e amortização	18	105.340	68.811
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	13.4	3.959	4.434
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	13.4	8.799	11.485
Provisão para litígios	18.3	14.072	12.844
Perdas de créditos esperadas	18.3	13.292	12.749
Provisão para ajuste ao valor de recuperação de ativos - <i>impairment</i>	18.3	87.399	-
Resultado das baixas de imobilizado	8.2	142.797	46.157
Resultado das baixas de intangível	9.1	421	321
		<b>249.881</b>	<b>228.189</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Cientes		(6.021)	(14.326)
Depósitos judiciais		818	(1.674)
Outros créditos		4.926	(3.613)
Estoques		(558)	(445)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(12.793)	3.988
Outros tributos correntes a recuperar		7.014	(5.828)
Despesas antecipadas		(36)	(40)
Partes relacionadas		602	76
		<b>(6.048)</b>	<b>(21.862)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas		1.479	(6.946)
Partes relacionadas		-	(5.319)
Fornecedores		(7.812)	3.416
Outras obrigações fiscais		(3.504)	969
Benefícios pós-emprego	13.4	(10.992)	(13.455)
Outras contas a pagar		(389)	266
Provisões para litígios quitadas	15.1.1	(1.482)	(307)
		<b>(22.700)</b>	<b>(21.376)</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
		<b>221.133</b>	<b>184.951</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(24.275)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	(300)	(518)
Encargos de debêntures pagos	12.2	(35.872)	(25.455)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	14.2.1	(774)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
		<b>184.187</b>	<b>134.703</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(48.000)	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		48.000	-
Aquisições de imobilizado		(180.041)	(287.558)
Aquisições de intangível	9.1	(486)	(1.235)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
		<b>(180.527)</b>	<b>(288.793)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Ingressos de debêntures emitidas	12.2	210.000	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		232.200	147.125
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	(5.804)	(5.804)
Amortizações de principal de passivos de arrendamento	14.2.1	(3.456)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(29.260)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
		<b>403.680</b>	<b>141.321</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b>407.340</b>	<b>(12.769)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	19.208	31.977
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	426.548	19.208
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b>407.340</b>	<b>(12.769)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2019

em milhares de reais

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Copel Telecomunicações S.A. (Copel Telecom ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é sociedade fechada, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), tendo como ramo de atividade:

i) exploração, prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, sob todas as formas legalmente permitidas, no âmbito do Estado do Paraná e em qualquer localidade onde houver interesse e possibilidade para a Companhia, sendo estas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações;

ii) elaboração de estudos, pesquisas, projetos e planejamentos, por conta própria ou de terceiros, na área de telecomunicações, comunicações e naquelas conexas, correlatas, necessárias e/ou úteis à execução destas atividades; e

iii) prestação de serviços compatíveis com aqueles inerentes às áreas de comunicações e telecomunicações, bem como os que visam a otimização da infraestrutura, das atividades necessárias à operação, manutenção, supervisão, direção de obra, construção, fornecimento de materiais e equipamentos.

#### **Contrato de autorização**

A Copel Telecom, através dos Termos de Autorização 54/2003 e 305/2012, obteve autorização, com prazo indeterminado, da Anatel para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM em todo território nacional, o que habilita a expansão de suas operações e o desenvolvimento de novos negócios.

### 2 BASE DE PREPARAÇÃO

#### **2.1 Declarações de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30.03.2020.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **2.4.1 Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros e na NE nº 3.8.2 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro Imposto de renda e contribuição social.

### **2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.3 e 8 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.4 e 9 - Intangível;
- NEs nº 3.5 e 8.5 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.6 e 15 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NE nº 3.7 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 5.1 - Perdas de créditos esperadas;
- NE nº 6.1.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e

- NE nº 13 - Benefícios Pós-emprego.

## **2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de termo de autorização; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais, exceto em 2019; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

## **2.6 Reapresentação**

A Administração da Companhia procedeu os seguintes ajustes nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2018 e 1º.01.2018:

### **2.6.1 Ativo imobilizado**

A Administração identificou a existência de ativos que já estavam em uso em data anterior a 31.12.2018 mas que permaneciam na rubrica de imobilizado em curso e que, portanto, deixaram de ser depreciados no período de competência correto.

Diante disso, a Companhia efetuou a transferência dos saldos do ativo imobilizado em curso para ativo imobilizado em serviço e registrou a depreciação correspondente ao período de atraso. Por fim, a Companhia recalculou e contabilizou os créditos de Pis e Cofins e o Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar que também deixaram de ser registrados à época.

### **2.6.2 Receitas**

A Administração constatou durante 2019 que prestações de serviços de telecomunicações a alguns clientes não tiveram a cobrança e conseqüentemente o reconhecimento tempestivo de sua receita no exercício de origem. Tendo em vista que até a emissão destas demonstrações financeiras não é provável que a Companhia receberá a contraprestação pelo serviço prestado, o valor está sendo registrado e simultaneamente desreconhecido no respectivo exercício de competência correspondente da prestação de serviços, em atendimento ao que dispõem as normas contábeis vigentes. Informações adicionais estão sendo divulgadas na nota explicativa nº 5.

A Administração atual da Companhia, de forma diligente, estimou o montante potencial da prestação de serviços nos respectivos períodos de competência e efetuou sua tributação, registrando os saldos a recolher nas rubricas de Imposto de renda e contribuição social, bem como em outras obrigações fiscais, correspondente aos períodos que ainda não estavam prescritos conforme determina a Receita Federal do Brasil na Instrução Normativa nº 1.753/2017. Os valores destes tributos foram considerados nas Demonstrações Financeiras de 2019 e na Reapresentação comparativa de exercícios anteriores.

### 2.6.3 Efeitos da reapresentação dos saldos comparativos

Com base nas orientações do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultado, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e, de Fluxos de Caixa estão sendo reapresentados, para fins de comparabilidade, considerando os fatos citados acima:

31.12.2018	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
<b>Ativo</b>	<b>1.272.874</b>	<b>(32.792)</b>	<b>1.240.082</b>
Ativo circulante	96.366	15.162	111.528
Imposto de renda e contribuição social	4.166	14.732	18.898
Outros tributos a recuperar	9.315	430	9.745
Ativo não circulante	1.176.508	(47.954)	1.128.554
Imobilizado	1.071.489	(47.954)	1.023.535
<b>Passivo</b>	<b>1.272.874</b>	<b>(32.792)</b>	<b>1.240.082</b>
Passivo circulante	144.123	5.492	149.615
Imposto de renda e contribuição social	-	2.350	2.350
Outras obrigações fiscais	11.362	3.142	14.504
Patrimônio líquido	646.544	(38.284)	608.260
Reserva de retenção de lucros	154.132	(38.284)	115.848
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>			
Receita operacional líquida	432.926	(631)	432.295
Custos operacionais	(219.733)	(10.602)	(230.335)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(149.469)	-	(149.469)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>63.724</b>	<b>(11.233)</b>	<b>52.491</b>
Resultado Financeiro	(24.905)	-	(24.905)
<b>Lucro operacional</b>	<b>38.819</b>	<b>(11.233)</b>	<b>27.586</b>
Imposto de renda e contribuição social	(6.699)	3.190	(3.509)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>32.120</b>	<b>(8.043)</b>	<b>24.077</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>			
Lucro líquido do exercício	32.120	(8.043)	24.077
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>33.390</b>	<b>(8.043)</b>	<b>25.347</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Reserva de retenção de lucros	154.132	(38.284)	115.848
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>646.544</b>	<b>(38.284)</b>	<b>608.260</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>134.703</b>	-	<b>134.703</b>
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício			
Lucro líquido do exercício	32.120	(8.043)	24.077
Imposto de renda e contribuição social	24.275	(3.190)	21.085
Depreciação e amortização	58.209	10.602	68.811
Aumento (redução) dos passivos			
Outras obrigações fiscais	338	631	969
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(288.793)</b>	-	<b>(288.793)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>141.321</b>	-	<b>141.321</b>
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(12.769)</b>	-	<b>(12.769)</b>

1º.01.2018	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
<b>Ativo</b>	<b>1.054.741</b>	<b>(25.867)</b>	<b>1.028.874</b>
Ativo circulante	102.002	11.403	113.405
Imposto de renda e contribuição social	8.154	11.055	19.209
Outros tributos a recuperar	6.825	348	7.173
Ativo não circulante	952.739	(37.270)	915.469
Imobilizado	866.489	(37.270)	829.219
<b>Passivo</b>	<b>1.054.741</b>	<b>(25.867)</b>	<b>1.028.874</b>
Passivo circulante	114.511	4.374	118.885
Imposto de renda e contribuição social	-	1.863	1.863
Outras obrigações fiscais	9.002	2.511	11.513
Patrimônio líquido	483.195	(30.241)	452.954
Reserva de retenção de lucros	140.784	(30.241)	110.543

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e não opera instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

##### 3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### 3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### 3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **3.2 Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

## **3.3 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela vida útil estimada. Os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a

empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

### **3.4 Intangível**

Integram esse ativo os softwares adquiridos de terceiros e os gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

#### **3.4.1 Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **3.4.2 Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível, são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

### **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

#### **3.5.1 Ativos financeiros**

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são , agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

### 3.5.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável e considerando as características do negócio, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa devido este ser o nível mais baixo para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### 3.6 **Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

### 3.7 **Reconhecimento da receita**

#### 3.7.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, de receita de conectividade e tecnologia da informação.

A Companhia reconhece a receita de conectividade pelo valor justo da contraprestação ao longo do tempo, mediante o fornecimento de conectividade de internet de alta velocidade ao cliente. Adicionalmente, reconhece a receita não faturada considerando o período que compreende o último faturamento e o encerramento do mês, por meio de estimativa, com base na última medição efetuada.

A Companhia reconhece receitas de prestação de serviços com contratos com clientes, ao longo do tempo, de acordo com a quantidade de horas trabalhadas ou valor fixo por mês.

### 3.7.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

## 3.8 **Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2019**

### 3.8.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A adoção da nova norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

#### **Método de transição**

A Companhia aplicou o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer apresentação de informações comparativas. O passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes. Diante do exposto, as informações referentes a exercícios anteriores continuam sendo apresentadas de acordo com a norma anterior.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional, e aplicou o pronunciamento apenas aos contratos vigentes em 1º.01.2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com a CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento prevista para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de até 12 meses), e arrendamentos de ativos de baixo valor, como por exemplo computadores, impressoras e móveis, cujos valores sejam inferiores a R\$ 18. Estes contratos são reconhecidos como custos e/ou despesas operacionais de arrendamento em base linear conforme previsto na norma, durante a vigência do contrato.

#### **Uso de julgamento**

A Companhia considerou para todos os contratos de arrendamento com partes relacionadas e terceiros, a taxa de juros necessária para adquirir ativos em condições similares àqueles alugueis contratados na data de assinatura. A taxa adotada pela Companhia considera o custo da última captação realizada, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) somado a um spread de risco da Companhia. Na adoção inicial, a taxa utilizada foi de 9,10% a.a.

### Efeitos na aplicação inicial

A adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a CPC 06 (R1) / IAS 17 resultou em: aumento de ativo e passivo no valor de R\$ 9.868, aumento da amortização no valor de R\$ 3.743 e da despesa com juros no valor de R\$ 774 (NE nº 14) e na redução de Outros custos e despesas operacionais no valor de R\$ 4.231..

#### 3.8.2 ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta incerteza.

A Companhia avaliou seus tratamentos de tributos sobre o lucro e concluiu a que aplicação da norma não gerou impacto em seus resultados.

### 3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2020 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia:

- (i) CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro (Conceptual framework);
- (ii) Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8).

## 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e bancos conta movimento	2.212	3.722
Aplicações financeiras de liquidez imediata	424.336	15.486
	<b>426.548</b>	<b>19.208</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor. A variação do saldo ocorreu principalmente pela captação de recursos (NE nº 12.2) e pelo Adiantamento para futuro aumento de capital, realizados em 2019.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 94% e 99% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5 CLIENTES

	<b>Saldos vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Saldo 31.12.2019</b>	<b>Saldo 31.12.2018</b>
Prestação de serviços de telecomunicações	53.331	10.155	6.458	69.944	75.946
Prestação de serviços de telecomunicações extemporâneos	-	-	24.409	24.409	-
(-) Desreconhecimento de serviços extemporâneos	-	-	(24.409)	(24.409)	-
(-) Perdas de créditos esperadas (NE nº 5.1)	(2.880)	(966)	(1.301)	(5.147)	(3.878)
	<b>50.451</b>	<b>9.189</b>	<b>5.157</b>	<b>64.797</b>	<b>72.068</b>
	<b>Circulante</b>			<b>51.668</b>	<b>49.062</b>
	<b>Não circulante</b>			<b>13.129</b>	<b>23.006</b>

Durante o exercício de 2019 a Companhia procedeu um inventário de pontos de acesso a internet de seus clientes com o cruzamento dos dados com o seu sistema de faturamento e identificou receita adicional com possibilidade de cobrança, relativa tanto ao exercício de 2019 quanto à exercícios anteriores. Após análise do inventário final, a administração estimou o potencial da prestação de serviços no montante original acumulado de R\$ 24.409 e iniciou a preparação do processo de cobrança, os quais se encontram em andamento.

Desta forma, o direito legal ou contratual surtirá efeitos patrimoniais quando existir, segundo as regras previstas, o potencial de produzir benefícios econômicos e for integralmente controlado pela Companhia, devendo impactar o resultado do exercício no período de ocorrência concomitante destes elementos, independentemente de sua conversão em moeda.

A Companhia registrou o saldo potencial da cobrança de R\$ 24.409 referente a prestação de serviços de telecomunicações extemporâneos. Contudo, em decorrência da incerteza de a existência do ativo produzir benefícios econômicos e ser integralmente controlado pela Companhia, o saldo foi simultaneamente desreconhecido na mesma conta contábil devido a presunção de que os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiraram face o lapso temporal da cobrança. Entretanto, caso as características anteriores sejam atendidas e seu recebimento seja provável, o ativo será reconhecido. Do montante estimado da prestação de serviços extemporânea, R\$ 484 se referem à receita do exercício de 2019, R\$ 2.063 de 2018 e R\$ 21.862 de anos anteriores (NE nº 2.6.2).

Adicionalmente, o saldo de clientes também contempla valores de parcelamentos de débitos os quais estão a valor presente, em 31.12.2019, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto, que varia de 0,49% a 2,45% a.m.

## 5.1 Perdas de créditos esperadas

As perdas de créditos esperadas são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

A Companhia considera o ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, conforme a composição abaixo.

Saldo em 1º.01.2018	Adições	Perdas	Efeito da aplicação dos CPCs 47 e 48	Saldo em 31.12.2018	Adições	Perdas	Saldo em 31.12.2019
1.511	12.749	(9.149)	(1.233)	3.878	13.292	(12.023)	5.147

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

As perdas de créditos esperadas são apresentadas em despesas com vendas, no grupo de Perdas de créditos, provisões e reversões. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas também em despesas com vendas, no grupo de Outros custos e despesas operacionais, líquidos.

## 6 TRIBUTOS

### 6.1 Imposto de renda e contribuição social

#### 6.1.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

#### 6.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

	Saldo em 1º.01.2018	Reconhecido no resultado	Efeito da aplicação dos CPCs 47 e 48	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2018	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2019
<b>Ativo não circulante</b>								
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	29.715	-	29.715
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	-	-	-	-	29.322	-	29.322
Benefícios pós-emprego	11.796	851	-	(654)	11.993	582	5.102	17.677
Provisões para litígios	4.568	4.138	-	-	8.706	4.280	-	12.986
Outros	6.253	12.306	585	-	19.144	(4.212)	-	14.932
	<b>22.617</b>	<b>17.295</b>	<b>585</b>	<b>(654)</b>	<b>39.843</b>	<b>59.687</b>	<b>5.102</b>	<b>104.632</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>								
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	2.836	(570)	-	-	2.266	(229)	-	2.037
Atualização de depósitos judiciais	1.110	289	-	-	1.399	(193)	-	1.206
	<b>3.946</b>	<b>(281)</b>	-	-	<b>3.665</b>	<b>(422)</b>	-	<b>3.243</b>
<b>Líquido</b>	<b>18.671</b>	<b>17.576</b>	<b>585</b>	<b>(654)</b>	<b>36.178</b>	<b>60.109</b>	<b>5.102</b>	<b>101.389</b>

### 6.1.3 Realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 30.03.2020.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: realizados conforme os pagamentos sejam efetuados a Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais;
- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos: realizados a medida em que ocorra a amortização e/ou depreciação do ativo reduzido;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros;
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2020	14.696	(1.602)
2021	12.145	(869)
2022	13.502	(463)
2023	15.701	(182)
2024	15.925	(127)
2025 a 2027	19.496	-
2028 a 2029	13.167	-
	<b>104.632</b>	<b>(3.243)</b>

## 6.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>		
ICMS a recuperar	8.097	9.313
PIS/Pasep e Cofins a compensar	519	432
	<b>8.616</b>	<b>9.745</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
ICMS a recuperar	8.678	14.091
PIS/Pasep e Cofins	53	331
Outros tributos a compensar	34	92
	<b>8.765</b>	<b>14.514</b>
<b>Passivo circulante</b>		
ICMS a recolher	6.749	6.041
PIS/Pasep e Cofins a recolher	2.403	2.824
IRRF sobre JSCP	-	2.445
Outros tributos	1.424	3.194
	<b>10.576</b>	<b>14.504</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	8.684	8.356
	<b>8.684</b>	<b>8.356</b>

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### 6.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(180.535)</b>	<b>27.586</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>61.382</b>	<b>(9.379)</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Juros sobre o capital próprio	-	5.542
Despesas indedutíveis	(1.297)	(1)
Incentivos fiscais (a)	-	1.182
Outros	24	(853)
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>-</b>	<b>(21.085)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>60.109</b>	<b>17.576</b>
Alíquota efetiva - %	33,3%	12,7%

(a) Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, Programa Nacional de Apoio e Atenção Oncológica - PRONON e Auxílio Maternidade Estendida

## 7 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2019	31.12.2018
Fiscais (a)	12.023	12.617
Trabalhistas	2.010	2.007
Cíveis	360	371
	<b>14.393</b>	<b>14.995</b>

### a) Fiscais

Refere-se, principalmente, ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais.

## 8 IMOBILIZADO

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais, para os serviços de telecomunicações.

## 8.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2019	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2018 Reapresentado
<b>Em serviço</b>						
Máquinas e equipamentos	1.325.050	(498.033)	827.017	1.370.650	(476.501)	894.149
Edificações	5.311	(2.076)	3.235	5.126	(1.921)	3.205
Terrenos	183	-	183	178	-	178
Veículos	4.441	(4.417)	24	4.746	(4.628)	118
Móveis e utensílios	10.743	(5.686)	5.057	10.666	(4.510)	6.156
(-) Impairment (8.5)	(81.322)	-	(81.322)	-	-	-
	<b>1.264.406</b>	<b>(510.212)</b>	<b>754.194</b>	<b>1.391.366</b>	<b>(487.560)</b>	<b>903.806</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	85.105	-	85.105	119.729	-	119.729
(-) Impairment (8.5)	(5.325)	-	(5.325)	-	-	-
	<b>79.780</b>	<b>-</b>	<b>79.780</b>	<b>119.729</b>	<b>-</b>	<b>119.729</b>
	<b>1.344.186</b>	<b>(510.212)</b>	<b>833.974</b>	<b>1.511.095</b>	<b>(487.560)</b>	<b>1.023.535</b>

## 8.2 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2019	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Capita- lizações	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2019
<b>Em serviço</b>							
Máquinas e equipamentos	894.149	-	(93.579)	(137.434)	163.881	-	827.017
Edificações	3.205	-	(155)	-	185	-	3.235
Terrenos	178	-	-	-	5	-	183
Veículos	118	-	(52)	(42)	-	-	24
Móveis e utensílios	6.156	-	(1.287)	(1)	189	-	5.057
(-) Impairment (8.5)	-	(81.322)	-	-	-	-	(81.322)
	<b>903.806</b>	<b>(81.322)</b>	<b>(95.073)</b>	<b>(137.477)</b>	<b>164.260</b>	<b>-</b>	<b>754.194</b>
<b>Em curso</b>							
Custo	119.729	145.863	-	(5.320)	(164.260)	(10.907)	85.105
(-) Impairment (8.5)	-	(5.325)	-	-	-	-	(5.325)
	<b>119.729</b>	<b>140.538</b>	<b>-</b>	<b>(5.320)</b>	<b>(164.260)</b>	<b>(10.907)</b>	<b>79.780</b>
	<b>1.023.535</b>	<b>59.216</b>	<b>(95.073)</b>	<b>(142.797)</b>	<b>-</b>	<b>(10.907)</b>	<b>833.974</b>

	Saldo em 1º.01.2018 Reapresentado	Aquisições	Depreciação	Baixas	Capita- lizações	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2018 Reapresentado
<b>Em serviço</b>							
Máquinas e equipamentos	569.762	-	(64.569)	(43.283)	432.239	-	894.149
Edificações	2.319	-	(130)	-	1.016	-	3.205
Terrenos	178	-	-	-	-	-	178
Veículos	303	-	(173)	(12)	-	-	118
Móveis e utensílios	5.167	-	(918)	(19)	1.926	-	6.156
	<b>577.729</b>	<b>-</b>	<b>(65.790)</b>	<b>(43.314)</b>	<b>435.181</b>	<b>-</b>	<b>903.806</b>
<b>Em curso</b>							
Custo	251.490	308.242	-	(2.843)	(435.181)	(1.979)	119.729
	<b>251.490</b>	<b>308.242</b>	<b>-</b>	<b>(2.843)</b>	<b>(435.181)</b>	<b>(1.979)</b>	<b>119.729</b>
	<b>829.219</b>	<b>308.242</b>	<b>(65.790)</b>	<b>(46.157)</b>	<b>-</b>	<b>(1.979)</b>	<b>1.023.535</b>

### 8.3 Taxas de depreciação

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Administração central</b>		
Edificações	3%	3%
Máquinas e equipamentos de escritório	7% a 20%	7% a 20%
Móveis e utensílios	6% a 20%	6% a 20%
Veículos	14% e 20%	14% e 20%
<b>Telecomunicações</b>		
Infraestrutura <i>backbone</i>	3% a 5%	3% a 5%
Infraestrutura <i>last mile</i>	17% e 25%	3% a 17%
Demais equipamentos de infraestrutura	7% a 20%	7% a 20%

Em 2019, a Administração da Companhia julgou necessário reavaliar a estimativa de vida útil dos ativos de infraestrutura relacionados diretamente ao atendimento ao cliente (*last mile*). Considerando o novo ambiente de negócio e a movimentação da carteira de clientes, a Administração julgou oportuno revisar as taxas de depreciação, observando de forma mais preponderante a obsolescência comercial, proveniente de mudanças do mercado em que a negócio telecom está inserido.

Neste contexto, as principais alterações impactaram as classes de ativo de máquinas e equipamentos, mais especificamente, ONT's e Switch e cabos associados a estes equipamentos, reduzindo a vida útil para 4 e 6 anos, respectivamente.

As alterações foram tratadas de forma prospectiva a partir de outubro de 2019 e acresceram nas quotas de depreciação do exercício de 2019 o total de R\$ 15.688, sendo que acrescentarão, em média, o mesmo montante nos trimestres subsequentes.

### 8.4 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócio do segmento de telecomunicações com especial atenção à alguns fatores como o aumento de competitividade do setor, o alto grau de investimento necessário para preservação da carteira de clientes e o retorno esperado deste segmento.

Considerando que alguns destes fatores influenciam diretamente nas expectativas de geração de caixa e retorno esperado, somado à decisão da Administração de avaliar a alienação do segmento telecomunicações, inclusive com a contratação recente de assessores para tal fim, a Companhia reavaliou os indicadores de recuperação e conseqüentemente suas estimativas referentes à capacidade do ativo imobilizado deste segmento em continuar gerando benefício econômico futuro. Diante deste novo ambiente de negócio, a Administração concluiu ser necessária a constituição de perdas estimadas e o reconhecimento de perdas por desativação de equipamentos e serviços, especificamente para alguns grupos de ativos, observando novas informações e também a experiência da Companhia na gestão deste segmento.

No exercício de 2019 foram registrados R\$ 87.399 como perdas estimadas por redução ao valor recuperável de ativos (NE nº 18.3) e R\$ 124.067 referentes à baixas e remensuração dos valores decorrentes de desativação de ativos (NE nº 18.4). Para o cálculo do valor em uso, foram considerados premissas e orçamentos da Companhia e taxa de desconto depois dos impostos em moeda constante de 6,57% a.a.

## 9 INTANGÍVEL

### 9.1 Mutações do intangível

	em serviço	em curso	Total
<b>Em 1º.01.2018</b>	<b>10.149</b>	<b>6.558</b>	<b>16.707</b>
Aquisições	-	1.235	1.235
Transferências do imobilizado	112	1.979	2.091
Capitalizações para intangível em serviço	6.175	(6.175)	-
Quotas de amortização (a)	(3.467)	-	(3.467)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(23)	-	(23)
Baixas	(190)	(131)	(321)
<b>Em 31.12.2018</b>	<b>12.756</b>	<b>3.466</b>	<b>16.222</b>
Aquisições	-	486	486
Transferências de/para imobilizado	(1.471)	10.217	8.746
Capitalizações para intangível em serviço	13.160	(13.160)	-
Quotas de amortização (a)	(5.178)	-	(5.178)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(11)	-	(11)
Baixas	-	(421)	(421)
<b>Em 31.12.2019</b>	<b>19.256</b>	<b>588</b>	<b>19.844</b>

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

## 10 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Obrigações sociais</b>		
Impostos e contribuições sociais	2.781	3.437
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	1.680	1.926
	<b>4.461</b>	<b>5.363</b>
<b>Obrigações trabalhistas</b>		
Folha de pagamento, líquida	460	2
Férias	5.856	6.879
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	9.155	6.396
Programa de desligamentos voluntários	187	-
	<b>15.658</b>	<b>13.277</b>
	<b>20.119</b>	<b>18.640</b>

## 11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### 11.1 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato Finep	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2019	31.12.2018
21120105-00	17.07.2012	81	15.10.2020	4%	4,39%	35.095	2.626	5.778
21120105-00	17.07.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	3,88% + TR	17.103	2.219	4.881
<b>Dívida bruta</b>							<b>4.845</b>	<b>10.659</b>
<b>(-) Custo de transação</b>							<b>(38)</b>	<b>(87)</b>
<b>Dívida líquida</b>							<b>4.807</b>	<b>10.572</b>
<b>Circulante</b>							<b>4.807</b>	<b>5.799</b>
<b>Não circulante</b>							<b>-</b>	<b>4.773</b>

**Destinação:** Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (*Ultra Wide Band* - UWB).

**Garantias:** Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação.

**Pagamento de encargos:** Mensal.

Tendo em vista a característica do contrato, não são previstas cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

### 11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

<b>Em 1º.01.2018</b>	<b>16.337</b>
Encargos	557
Amortização - principal	(5.804)
Pagamento - encargos	(518)
<b>Em 31.12.2018</b>	<b>10.572</b>
Encargos	339
Amortização - principal	(5.804)
Pagamento - encargos	(300)
<b>Em 31.12.2019</b>	<b>4.807</b>

## 12 DEBÊNTURES

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2019	31.12.2018
1ª	15.10.2015	5	15.10.2024	IPCA + 7,9633%	IPCA+ 8,1073% a.a.	160.000	195.429	188.278
2ª	15.07.2017	1	15.07.2022	IPCA + 5,4329%	IPCA+ 6,1036% a.a.	220.000	246.355	237.213
3ª	15.05.2019	3	15.05.2022	117,0% da taxa DI	119,58% do DI	210.000	211.348	-
<b>Dívida bruta</b>							<b>653.132</b>	<b>425.491</b>
<b>(-) Custo de transação</b>							<b>(5.952)</b>	<b>(6.577)</b>
<b>Dívida líquida</b>							<b>647.180</b>	<b>418.914</b>
<b>Circulante</b>							<b>18.227</b>	<b>8.612</b>
<b>Não circulante</b>							<b>628.953</b>	<b>410.302</b>

**Características:** Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços estritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

**Destinação:** 1ª e 2ª emissão para implantação, ampliação e modernização de rede de telecomunicações; 3ª emissão para realização de investimentos.

**Pagamento de encargos financeiros:** Semestral

**Garantias:** Fidejussória.

**Interveniente garantidora:** Copel

**Agente fiduciário:** Pentágono S.A. DTM.

### 12.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2019	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2021	9.134	(1.778)	7.356
2022	362.033	(1.398)	360.635
2023	121.756	(501)	121.255
2024	140.043	(336)	139.707
	<b>632.966</b>	<b>(4.013)</b>	<b>628.953</b>

### 12.2 Mutações das debêntures

<b>Em 1º.01.2018</b>	<b>400.181</b>
Encargos e variação monetária	44.188
Pagamento - encargos	(25.455)
<b>Em 31.12.2018</b>	<b>418.914</b>
Ingressos	210.000
Encargos e variação monetária	54.138
Pagamento - encargos	(35.872)
<b>Em 31.12.2019</b>	<b>647.180</b>

### 12.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Copel Telecom emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores.

Até 31.12.2019, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Indicadores financeiros anuais</b>	<b>Limite</b>
1ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda	≤ 3,5
2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,5
3ª Emissão de Debêntures		

## 13 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### 13.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Controladora.

### 13.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

### 13.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Planos previdenciários	91	37
Planos assistenciais	51.991	35.272
	<b>52.082</b>	<b>35.309</b>
	<b>Circulante</b>	<b>2.468</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>49.614</b>
		<b>2.136</b>
		<b>33.173</b>

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Empregados</b>		
Planos previdenciários	3.451	4.725
Plano assistencial - pós-emprego	3.959	4.434
Plano assistencial - funcionários ativos	3.757	4.518
	<b>11.167</b>	<b>13.677</b>
<b>Administradores</b>		
Planos previdenciários	204	203
Plano assistencial	13	12
	<b>217</b>	<b>215</b>
	<b>11.384</b>	<b>13.892</b>

### 13.4 Mutações dos benefícios pós-emprego

<b>Em 1º.01.2018</b>	<b>34.769</b>
Apropriação do cálculo atuarial	4.434
Contribuições previdenciárias e assistenciais	11.485
Ajuste referente a (ganhos) perdas atuariais	(1.924)
Amortizações	(13.455)
<b>Em 31.12.2018</b>	<b>35.309</b>
Apropriação do cálculo atuarial	3.959
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	8.799
Ajuste referente a (ganhos) perdas atuariais	15.007
Amortizações	(10.992)
<b>Em 31.12.2019</b>	<b>52.082</b>

### 13.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

#### 13.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2019 e 2018, estão demonstradas a seguir:

	2019		2018	
	Real	Nominal	Real	Nominal
<b>Econômicas</b>				
Inflação a.a.	-	2,90%	-	4,00%
<b>Taxa de desconto/retorno esperados a.a.</b>				
Planos Unificado - Benefício Definido	3,05%	6,04%	4,60%	8,78%
Planos Unificado - Saldado	3,20%	6,19%	4,60%	8,78%
Planos III	3,20%	6,19%	4,60%	8,78%
Planos Assistencial	3,30%	6,30%	4,60%	8,78%
<b>Crescimento salarial</b>				
Plano Unificado a.a.	1,00%	3,93%	2,00%	6,08%
Plano III a.a.	1,50%	4,44%	1,50%	5,56%
<b>Demográficas</b>				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

#### 13.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
<b>Em 31.12.2019</b>		
Participantes aposentados	13,13	25,84
Participantes pensionistas	8,40	25,84
<b>Em 31.12.2018</b>		
Participantes aposentados	14,37	22,74
Participantes pensionistas	15,68	27,21

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia

é, respectivamente, de 66,6 e 65,9 anos.

### 13.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2019 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 25.174 e de R\$ 2.894 enquanto que, em 31.12.2018, a posição era, respectivamente, de R\$ 11.081 e de R\$ 1.602. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2019 e 31.12.2018, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2019	31.12.2018
Obrigações total ou parcialmente cobertas	181.364	147.347	60.605	389.316	309.555
Valor justo dos ativos do plano	(206.992)	(151.746)	(8.615)	(367.353)	(286.965)
<b>Estado de cobertura do plano</b>	<b>(25.628)</b>	<b>(4.399)</b>	<b>51.990</b>	<b>21.963</b>	<b>22.590</b>
Ativo não reconhecido	25.628	4.399	-	30.027	12.683
	-	-	<b>51.990</b>	<b>51.990</b>	<b>35.273</b>

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2019, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 15.007, correspondente a um acréscimo apurado naquela data base.

### 13.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2018</b>	<b>152.045</b>	<b>87.413</b>	<b>41.621</b>
Custo de serviço	163	1.271	967
Custo dos juros	15.103	9.879	4.135
Benefícios pagos	(11.323)	(6.641)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	5.141	14.882	(5.101)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2018</b>	<b>161.129</b>	<b>106.804</b>	<b>41.622</b>
Custo de serviço	173	260	820
Custo dos juros	14.909	9.053	3.865
Benefícios pagos	(12.219)	(8.476)	-
Perdas atuariais	17.372	39.706	14.298
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2019</b>	<b>181.364</b>	<b>147.347</b>	<b>60.605</b>

### 13.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
<b>Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2018</b>	<b>165.777</b>	<b>91.770</b>	<b>6.909</b>
Retorno esperado dos ativos	16.224	11.484	670
Contribuições e aportes	656	452	-
Benefícios pagos	(11.323)	(6.641)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	876	11.341	(1.230)
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2018</b>	<b>172.210</b>	<b>108.406</b>	<b>6.349</b>
Retorno esperado dos ativos	18.807	16.742	2.263
Contribuições e aportes	654	260	-
Benefícios pagos	(11.945)	(8.460)	-
Ganhos atuariais	27.266	34.798	3
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2019</b>	<b>206.992</b>	<b>151.746</b>	<b>8.615</b>

### 13.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2020 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Custo do serviço corrente	294	238	1.199
Custo estimado dos juros	11.130	8.844	3.713
Rendimento esperado do ativo do plano	(11.780)	(8.806)	(530)
Contribuições estimadas dos empregados	(38)	(119)	-
<b>Custos (receitas)</b>	<b>(394)</b>	<b>157</b>	<b>4.382</b>

### 13.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
<b>Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo</b>		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(12.151)	12.333
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(5.273)	5.333
<b>Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos</b>		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	4.242	(3.964)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	84	(78)
<b>Sensibilidade ao custo do serviço</b>		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	10	(10)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	104	(106)

### 13.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial	Total
2020	7.917	7.509	1.560	16.986
2021	7.882	7.336	1.917	17.135
2022	7.816	7.137	2.027	16.980
2023	7.620	6.927	2.018	16.565
2024	7.430	6.726	2.043	16.199
2025 a 2049	99.228	98.519	36.877	234.624

### 13.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial da Companhia no final de 2019 e a alocação-meta para 2020, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2020	2019
Renda fixa	70,4%	82,2%
Renda variável	9,1%	7,7%
Empréstimos	1,6%	1,6%
Investimentos imobiliários	7,2%	1,4%
Investimentos estruturados	8,9%	7,1%
Investimentos no exterior	2,8%	0,0%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	86,5%	55,0%	51,0%	23,0%
Renda variável	5,0%	1,0%	14,0%	8,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	3,0%	1,0%
Investimentos imobiliários	5,0%	1,0%	10,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	16,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	6,0%	0,0%

(\*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

## 14 DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

Com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

#### 14.1 Direito de uso de ativos

	Adoção inicial em 1º.01.2019	Adições	Ajuste por remensuração	Amortização	Saldo em 31.12.2019
Imóveis	6.895	82	241	(2.960)	4.258
Veículos	2.973	-	308	(783)	2.498
	<b>9.868</b>	<b>82</b>	<b>549</b>	<b>(3.743)</b>	<b>6.756</b>

#### 14.2 Passivo de arrendamentos

##### 14.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

<b>Adoção inicial em 1º.01.2019</b>	<b>9.868</b>
Adições por novos contratos	82
Ajuste por remensuração	549
Encargos	774
Pagamento - principal	(3.456)
Pagamento - encargos	(774)
<b>Em 31.12.2019</b>	<b>7.043</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.812</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.231</b>

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros praticada na última captação de debêntures, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. A última taxa de desconto considerada em 31.12.2019 é de 5,85% a.a, aplicada aos contratos iniciados a partir de dezembro de 2019. A taxa de desconto na adoção inicial foi de 9,10% a.a.

##### 14.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2021	1.448
2022	1.434
2023	672
2024	67
<b>Valores não descontados</b>	<b>3.621</b>
Juros embutidos	(390)
<b>Saldo do passivo de arrendamento em 31.12.2019</b>	<b>3.231</b>

##### 14.2.3 Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	7.898	7.043
<b>Pis/Cofins potencial</b>	<b>724</b>	<b>646</b>

### 14.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	7.043	7.358	4,47%
Direito de uso de ativos	6.756	6.915	2,35%
Despesa Financeira	774	804	3,88%
Despesa de amortização	3.743	3.816	1,95%

### 14.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 18.4).

## 15 PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE

A Companhia responde diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

## 15.1 Provisões para litígios

### 15.1.1 Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

	Saldo em 1º.01.2019	Resultado		Quitações	Saldo em 31.12.2019
		Adições	Reversões		
Fiscais	2.017	68	(119)	-	1.966
Trabalhistas (a)	22.506	14.576	(8)	(1.370)	35.704
Benefícios a empregados (b)	914	38	(701)	(9)	242
Cíveis e direito administrativo	166	218	-	(103)	281
	<b>25.603</b>	<b>14.900</b>	<b>(828)</b>	<b>(1.482)</b>	<b>38.193</b>

	Saldo em 1º.01.2018	Resultado		Quitações	Saldo em 31.12.2018
		Adições	Reversões		
Fiscais	942	1.075	-	-	2.017
Trabalhistas (a)	10.964	13.738	(2.119)	(77)	22.506
Benefícios a empregados (b)	984	19	(89)	-	914
Cíveis	176	220	-	(230)	166
	<b>13.066</b>	<b>15.052</b>	<b>(2.208)</b>	<b>(307)</b>	<b>25.603</b>

### 15.1.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

#### a) **Trabalhistas**

Ações movidas por empregados e ex-empregados da Copel Telecom, envolvendo cobrança de horas extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

#### b) **Benefícios a empregados**

Ações de reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel Telecom contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

## 15.2 Passivo contingente

### 15.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A seguir, informações sobre a natureza e as potenciais perdas dos passivos contingentes da Companhia:

	31.12.2019	31.12.2018
Fiscais (a)	39.810	34.065
Trabalhistas (15.1.2 - a)	19.846	16.309
Benefícios a empregados (15.1.2 - b)	214	1.094
Cíveis	3.355	2.515
	<b>63.225</b>	<b>53.983</b>

## 15.2.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

### a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute sua incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. As principais ações são relacionadas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust (Anatel) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico de Telecomunicações - Funttel (Ministério das Comunicações).

## 16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 16.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2019, no valor de R\$ 483.323 (R\$ 316.098, em 31.12.2018) é composto por 483.321.899 ações (sem valor nominal), todas ordinárias e pertencentes à Copel. O aumento de capital no valor de R\$ 167.225 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.04.2019, por meio da integralização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC realizados em 2018 (R\$ 147.125) e 2019 (R\$ 20.100).

### 16.2 Ajustes de avaliação patrimonial

<b>Em 1º.01.2018</b>	<b>5.998</b>
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	1.924
Tributos sobre os ajustes	(654)
<b>Em 31.12.2018</b>	<b>7.268</b>
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	(15.007)
Tributos sobre os ajustes	5.102
<b>Em 31.12.2019</b>	<b>(2.637)</b>

### 16.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos.

#### 16.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2019	31.12.2018 <sup>(a)</sup>
<b>(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios 25%</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(120.426)	32.120
Reserva legal (5%)	-	(1.606)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	-	30.514
	-	<b>7.629</b>
<b>(2) Distribuição total proposta</b>	-	<b>16.300</b>
<b>(3) Juros sobre o capital próprio, brutos</b>	-	16.300
Imposto de renda retido na fonte	-	(2.445)
<b>(4) Juros sobre o capital próprio, líquidos</b>	-	<b>13.855</b>
<b>(5) Distribuição total proposta, líquida</b>	-	<b>13.855</b>
<b>(6) Dividendo adicional proposto (5-1)</b>	-	<b>6.226</b>

(a) A reserva legal, os dividendos propostos e outros impactos societários registrados no Patrimônio líquido nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31.12.2018 foram efetuados, originalmente, com base no lucro divulgado naquelas demonstrações financeiras e não sofreram alterações devido à reapresentação citada na NE nº 2.6 pois as informações disponíveis à época indicavam que os impactos societários seriam aqueles aprovados pelos órgãos competentes.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

## 17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2019
Receita de conectividade	545.175	(19.898)	(135.059)	-	390.218
Serviços de Ativação	8.800	(847)	-	(297)	7.656
Implantação de Rede Óptica	1.555	(150)	-	(53)	1.352
Serviços de remanejamento	523	(50)	-	(18)	455
Visita improdutivo	841	(81)	-	(28)	732
Manutenção	4.471	(430)	-	(151)	3.890
Aluguéis	5.815	(560)	-	-	5.255
Serviço de Valor Adicionado	202	(19)	-	(7)	176
Receita de conectividade extemporânea (NE nº 5)	484	(26)	(96)	-	362
(-) Desreconhecimento de receita de conectividade extemporânea (NE nº 5)	(484)	-	-	-	(484)
Outras receitas	49	(5)	-	(2)	42
<b>Total</b>	<b>567.431</b>	<b>(22.066)</b>	<b>(135.155)</b>	<b>(556)</b>	<b>409.654</b>

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2018 Reapresentada
Receita de conectividade	540.626	(19.673)	(125.229)	-	395.724
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	19.575	(1.811)	-	(979)	16.785
Serviços de Ativação	9.377	(1.099)	-	(504)	7.774
Implantação de Rede Óptica	1.876	(220)	-	(101)	1.555
Serviços de remanejamento	467	(55)	-	(25)	387
Visita improdutiva	606	(71)	-	(33)	502
Receita de Programa de fidelidade do cliente	169	(6)	-	-	163
Manutenção	4.239	(497)	-	(228)	3.514
Aluguéis	6.920	(640)	-	-	6.280
Receita de conectividade extemporânea (NE nº 5)	2.063	(86)	(544)	(1)	1.432
(-) Desreconhecimento de receita de conectividade extemporânea (NE nº 5)	(2.063)	-	-	-	(2.063)
Outras receitas	291	(34)	-	(15)	242
<b>Total</b>	<b>584.146</b>	<b>(24.192)</b>	<b>(125.773)</b>	<b>(1.886)</b>	<b>432.295</b>

## 18 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2019
Pessoal e administradores (NE nº 18.1)	(46.886)	(8.812)	(18.192)	-	(73.890)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 13.3)	(7.401)	(1.394)	(2.589)	-	(11.384)
Material	(1.346)	(36)	(573)	-	(1.955)
Serviços de terceiros (NE nº 18.2)	(61.594)	(15.291)	(10.228)	-	(87.113)
Depreciação e amortização	(101.298)	(5)	(4.037)	-	(105.340)
Perdas de créditos e provisões (NE nº 18.3)	(87.399)	(13.292)	-	(14.072)	(114.763)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE nº 18.4)	(29.576)	(2.663)	(8.172)	(122.236)	(162.647)
	<b>(335.500)</b>	<b>(41.493)</b>	<b>(43.791)</b>	<b>(136.308)</b>	<b>(557.092)</b>

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2018 Reapresentado
Pessoal e administradores (NE nº 18.1)	(60.292)	(12.326)	(19.854)	-	(92.472)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 13.3)	(9.276)	(1.779)	(2.837)	-	(13.892)
Material	(1.426)	(42)	(295)	-	(1.763)
Serviços de terceiros (NE nº 18.2)	(67.778)	(15.659)	(7.690)	-	(91.127)
Depreciação e amortização	(68.054)	(10)	(747)	-	(68.811)
Perdas de créditos e provisões (NE nº 18.3)	-	(12.749)	-	(12.844)	(25.593)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE nº 18.4)	(23.509)	(14.835)	(7.959)	(39.843)	(86.146)
	<b>(230.335)</b>	<b>(57.400)</b>	<b>(39.382)</b>	<b>(52.687)</b>	<b>(379.804)</b>

### 18.1 Pessoal e administradores

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	41.179	54.831
Encargos sociais	13.025	17.191
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados (a)	9.155	6.396
Auxílio alimentação e educação	5.891	7.195
Programa de desligamentos voluntários	2.133	4.054
	<b>71.383</b>	<b>89.667</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários	1.640	2.168
Encargos sociais	845	607
Outros gastos	22	30
	<b>2.507</b>	<b>2.805</b>
	<b>73.890</b>	<b>92.472</b>

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

### 18.2 Serviços de terceiros

	31.12.2019	31.12.2018
Comunicação, processamento e transmissão de dados	63.118	67.443
Atendimento a consumidores-serviços	10.697	10.440
Manutenção de instalações	3.291	3.686
Consultoria e auditoria	560	921
Outros serviços	9.447	8.637
	<b>87.113</b>	<b>91.127</b>

### 18.3 Perdas de crédito, provisões e reversões

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão para ajuste ao valor de recuperação de ativos - <i>impairment</i> (NE nº 8.5)	87.399	-
Provisão para litígios (NE nº 15.1.1)	14.072	12.844
Perdas de créditos esperadas (NE nº 5.1)	13.292	12.749
	<b>114.763</b>	<b>25.593</b>

### 18.4 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	31.12.2019	31.12.2018
Perdas na desativação e alienação de bens (NE nº 8.5)	124.067	36.035
Arrendamentos e aluguéis	23.633	21.853
Tributos	6.668	6.169
Propaganda e publicidade	3.885	15.054
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	4.394	7.035
	<b>162.647</b>	<b>86.146</b>

## 19 RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Acréscimos moratórios sobre faturas	10.483	15.574
Renda de aplicações financeiras	6.888	417
Outras receitas financeiras	3.389	817
	<b>20.760</b>	<b>16.808</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	53.072	41.674
Outras despesas financeiras	785	39
	<b>53.857</b>	<b>41.713</b>
<b>Líquido</b>	<b>(33.097)</b>	<b>(24.905)</b>

## 20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 20.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2019		31.12.2018	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	426.548	426.548	19.208	19.208
<b>Custo amortizado</b>						
Clientes (a)	5		64.797	64.797	72.068	72.068
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>491.345</b>	<b>491.345</b>	<b>91.276</b>	<b>91.276</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)			24.502	24.502	66.492	66.492
Empréstimos e financiamentos (b)	11		4.845	4.820	10.572	10.211
Debêntures (c)	12		653.132	653.132	418.914	418.914
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>682.479</b>	<b>682.454</b>	<b>495.978</b>	<b>495.617</b>

O nível de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

**Nível 1:** obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

**Nível 2:** obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

#### Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Copel, de 120% do DI, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2019, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.

## 20.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### 20.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

<b>Exposição ao risco de crédito</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	426.548	19.208
Cientes (b)	5	64.797	72.068
		<b>491.345</b>	<b>91.276</b>

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Telecom. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os segmentos de clientes com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de serviços de telecomunicações e implementando políticas específicas de cobrança.

### 20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus de 06.03.2020, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2023, repetem-se os indicadores de 2022 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
<b>31.12.2019</b>							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	500	996	3.437	-	-	4.933
Debêntures	NE nº 12	7.169	-	43.666	782.200	-	833.035
Fornecedores	-	15.305	9.197	-	-	-	24.502
Passivo de arrendamentos	NE nº 14	360	722	3.257	3.940	-	8.279
		<b>23.334</b>	<b>10.915</b>	<b>50.360</b>	<b>786.140</b>	-	<b>870.749</b>
<b>31.12.2018</b>							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	519	1.034	4.575	4.933	-	11.061
Debêntures	NE nº 12	6.710	-	21.574	481.364	109.364	619.012
Fornecedores		49.270	16.948	171	103	-	66.492
		<b>56.499</b>	<b>17.982</b>	<b>26.320</b>	<b>486.400</b>	<b>109.364</b>	<b>696.565</b>

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 11 e 12, a Companhia têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

### 20.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

### Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2019 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação do IPCA - 3,20%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2020 do Relatório Focus do Bacen de 06.03.2020.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez 2020		
		31.12.2019	Provável	Cenário 1	Cenário 2
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	Sem Risco	(4.845)	-	-	-
Debêntures	Alta IPCA	(653.132)	(20.900)	(26.125)	(31.350)
		<b>(657.977)</b>	<b>(20.900)</b>	<b>(26.125)</b>	<b>(31.350)</b>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2019, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

### 20.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é o apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
Empréstimos e financiamentos	4.845	10.572
Debêntures	653.132	418.914
(-) Caixa e equivalentes de caixa	426.548	19.208
<b>Dívida líquida</b>	<b>231.429</b>	<b>410.278</b>
Patrimônio líquido	710.129	608.260
<b>Endividamento em relação ao patrimônio líquido</b>	<b>0,33</b>	<b>0,67</b>

## 21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>Controlador</b>								
<b>Estado do Paraná</b>								
Serviços de telecomunicações	16.312	17.479	-	-	43.262	43.067	-	-
<b>Companhia Paranaense de Energia - Copel</b>								
Prestação de serviços de telecomunicações	26	2	-	-	197	64	-	-
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	29.260	-	-	-	-
Mútuo	-	-	-	-	426	-	-	-
<b>Entidade controlada pelo Estado do Paraná</b>								
<b>Sanepar</b>								
Serviços de telecomunicações	294	247	-	-	4.710	4.448	-	-
Saneamento básico	-	-	-	-	-	-	(10)	(11)
<b>Coligadas da Controladora</b>								
<b>Sercomtel S/A Telecomunicações</b>								
Serviços de telecomunicações (a)	208	1.924	-	-	4.543	4.741	-	-
Arrendamentos de equipamentos e infraestrutura	9	10	-	-	156	183	-	-
Serviços e telefonia	-	-	-	-	-	-	(21)	(4)
<b>Foz do Chopim Energética Ltda.</b>								
Serviços de telecomunicações	2	-	-	-	45	69	-	-
<b>Entidades sob controle comum</b>								
<b>Copel Geração e Transmissão S.A.</b>								
Serviços de telecomunicações	436	274	-	-	6.097	5.866	-	-
Arrendamentos de equipamentos e infraestrutura	18	34	-	-	788	1.262	-	-
<b>Copel Distribuição S.A.</b>								
Serviços de telecomunicações	2.080	1.733	-	-	32.134	28.358	-	-
Arrendamentos de equipamentos e infraestrutura	63	114	-	-	1.695	2.880	-	-
Consumo de energia elétrica	-	-	214	116	-	-	(713)	(653)
Compartilhamento de postes	-	-	-	1.358	-	-	(22.954)	(14.733)
<b>Copel Comercialização S.A.</b>								
Serviços de telecomunicações	4	-	-	-	4	-	-	-
<b>Marumbi Transmissora de Energia S.A.</b>								
Serviços de telecomunicações	-	-	-	-	7	7	-	-
<b>Companhia Paranaense de Gás - Compagás</b>								
Serviços de telecomunicações	4	2	-	-	83	177	-	-
<b>Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.</b>								
Serviços de telecomunicações	5	17	-	-	94	72	-	-
<b>UEGA Araucária Ltda</b>								
Serviços de telecomunicações	8	4	-	-	137	142	-	-
<b>Pessoal Chave da Administração</b>								
Honorários e encargos sociais (NE nº 18.1)	-	-	-	-	-	-	(2.507)	(2.805)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 13.3)	-	-	-	-	-	-	(217)	(215)
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>Fundação Copel</b>								
Serviços de telecomunicações	6	16	-	-	210	227	-	-
Arrendamentos de equipamentos e infraestrutura	3	6	-	-	75	74	-	-
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	2.625	312	-	-	(569)	(3.689)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	52.082	46.321	-	-	-	-

(a) Saldo líquido de perdas de crédito esperadas

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas no quadro acima. Todas as transações decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações são faturadas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

## 22 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<b>Apólice</b>	<b>Término da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Seguro D&O (a)	28.03.2021	100.768
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2020	68.976
Riscos Nomeados	24.08.2020	42.587
Garantia Judicial	18.12.2021	2.177
Responsabilidade Civil Geral - Telecomunicações	02.01.2021	2.000
Garantia Judicial	29.01.2021	920
Garantia Judicial	20.01.2023	714
Garantia Judicial	04.07.2024	573
Garantia Judicial	29.09.2020	567
Garantia Judicial	20.01.2025	357

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa de R\$ 4,0307, do dia 31.12.2019.

## 23 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Conforme a NE nº 8.2, as adições ocorridas no imobilizado totalizaram R\$ 145.863 (R\$ 308.242, em 2018). Deste valor, R\$ 12.983 (R\$ 47.161, em 2018) correspondem ao conjunto de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

Conforme a NE nº 14.1, as adições as adições e ajustes por remuneração ocorridas no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 9.950 sendo que tais reconhecimentos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As transações citadas não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

## 24 EVENTOS SUBSEQUENTES

### 24.1 Efeito do coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

Em consonância com o Ofício Circular nº 02/2020, emitido em 10.03.2020 pela CVM, a Companhia tem avaliado constantemente os potenciais impactos do Coronavírus (COVID-19) nas áreas administrativas e de operações e tem tomado medidas visando conter a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Ressalta-se ainda que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31.12.2019. A Companhia constituiu uma comissão de contingência e continuará avaliando impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Copel Telecomunicações S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Telecomunicações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.6.3 às demonstrações financeiras, que apresenta as retificações de erros identificados pela Companhia em 2019 nos valores correspondentes, apresentados para fins de comparação:

- Na depreciação retroativa de bens do Ativo Imobilizado que foram transferidos intempestivamente do Imobilizado em Curso para o Imobilizado em Serviço.
- No reconhecimento de tributos a recolher sobre contratos com clientes sem reconhecimento tempestivo da receita.

Esses valores correspondentes foram ajustados e estão sendo retificados conforme o CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Curitiba, 30 de março de 2020**

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC nº 1 PR 050422/O-3

## RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

### 1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por cinco membros, Conselheiros de Administração, em sua totalidade independentes, conforme legislação aplicável. As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A pedido do CAE foi desenvolvido, em 2019, pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel, plano de trabalho para apoiar as atividades do CAE, considerando legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; plano para atender as responsabilidades; referências de *benchmarks*; aspectos sobre treinamentos e discussões com o Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura desse cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx 301/407, à Instrução CVM 509, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

A auditoria independente, atualmente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte, é responsável pela auditoria das Demonstrações Contábeis e deve assegurar que essas apresentem, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, CTE, COM e Eólicas) e controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Além disso, a Deloitte também é responsável por avaliar o ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais uma vez que essas são sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley* - SOx.

O Comitê de Auditoria Estatutário elaborará, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

### 2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley* - *Sox*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 2019, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2019/2020: Conselheiros Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro), Leila Abraham Loria, Olga Stankevicius Colpo e Luiz Cláudio Maia Vieira, todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando o deliberado na 194ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, de 06.06.2019, sobre a necessidade de disponibilização de profissional interno, com dedicação exclusiva, para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, foi designada a assessora do CAE da Copel, Fabíola da Silva Carvalho Walesko (registro 47936), conforme a Circular-093/2019, de 01.11.2019.

### 3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2019

#### 3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

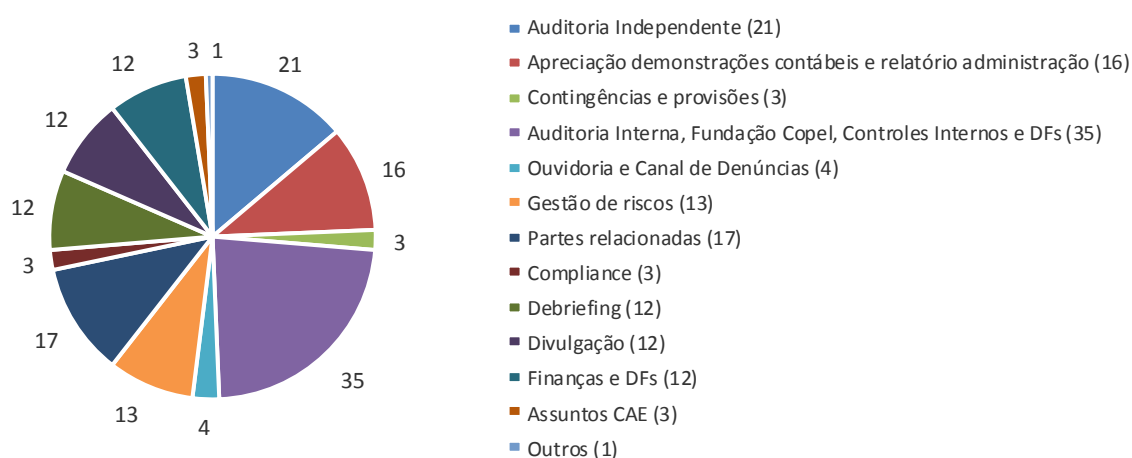
As pautas das reuniões realizadas em 2019 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado para o Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para a discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões e 153 pautas: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de comunicação confidencial; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários; partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, foram realizadas 23 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, que contemplaram 162 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

#### PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



### 3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2019, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 20 pautas com participação da Auditoria Independente e 01 pauta extraordinária com comentário sobre contatos iniciais com a Auditoria Independente relativo a assunto especial. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2018; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2019; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2019; reportes mensais sobre a UEGA e indagação sobre conhecimento de fraudes e os processos adotados para mitigação.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

### 3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2019, foram realizadas 16 pautas, sendo que 09 delas tiveram como objeto as demonstrações contábeis e em 7 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram contratação de outros serviços que possam ser prestados por empresas de Auditoria Independente que estejam auditando as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; revisão das políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados pela Copel na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras, em especial os novos pronunciamentos contábeis - CPC47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC48 - Instrumentos Financeiros; a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2019; a reapresentação das Demonstrações Financeiras dos Exercícios 2018, 2017 e 2016 da Copel GeT para atender a CVM quanto à abertura de capital, o Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras de 2018, com apresentação do Parecer da Deloitte, sem ressalvas; a ratificação da Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2018 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade; a revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes aos 1º, 2º e 3º Trimestres de 2019.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos, os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê verificou que as Demonstrações Financeiras da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais e controladas - estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e das normas emitidas pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

### 3.4. CONTINGÊNCIAS E PROVISÕES

No decorrer de 2019, foram realizadas 03 pautas tendo como objeto contingências e provisões, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o monitoramento com relação às provisões da Companhia e às ações que estão sendo realizadas para melhoria dos processos jurídicos, bem como os critérios de classificação das contingências jurídicas.

É importante destacar que as contingências judiciais (e administrativas) passivas e suas respectivas provisões foram analisadas e discutidas em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário com a área Jurídica, a Contabilidade, e a área de Conformidade e Controles Internos, além dos Auditores Independentes. Em ano anterior foi solicitada, pelo Comitê de Auditoria Estatutário, a revisão dos critérios utilizados para classificação do prognóstico de êxito e a estimativa de valores dos processos administrativos e judiciais e, com isso, nortear o provisionamento contábil dos valores em discussão, apresentado por meio de relatório de monitoramento da Diretoria de Riscos e Compliance.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos a contingências e provisões.

### 3.5. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2019, foram tratadas 19 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna e a verificação de suas recomendações, aprovou o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2019 e o Plano Anual da Auditoria Interna - Paint 2019/2020; efetuou a avaliação dos procedimentos para formalização dos débitos a favor de escritório contratado mediante Termo de Ajuste de Conta - TAC referente a processo arbitral; tomou conhecimento da conclusão da Certificação da Auditoria Interna; acompanhou trabalhos especiais da Auditoria Interna, teve informações e efetuou aprovações no âmbito do Programa de Gestão da Qualidade e Melhoria contínua - PGQM/Certificação Internacional da Auditoria Interna; aprovou a adequação do Regulamento da Auditoria Interna e do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário às normas internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna em sua 182ª Reunião, de 12.12.2018 e encaminhou, em sua 183ª Reunião, de 23.01.2019, ao Conselho de Administração recomendando sua aprovação final; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx.

Na 184ª Reunião, de 20.02.2019, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel, sendo abordado os principais dados e resultados dos planos: i) informes institucionais; ii) estatística populacional; iii) parecer atuarial; iv) política de investimentos; v) comparativos de rentabilidade; vi) auditorias e vii) fiscalização realizada pela Previc.

Especificamente em relação à certificação internacional da Auditoria Interna, o CAE recebeu *feedback* das ações implementadas. Também analisou a nomeação de Superintendente da Auditoria Interna e, por meio da Coordenadoria de Recursos Humanos, obteve reporte do Programa de Coaching e do plano implementado.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

### 3.6. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2019, foram tratadas 16 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; realizou a análise preliminar do Relatório de Controles Internos e do documento já em forma final; e recebeu a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a

integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

### **3.7. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS**

No decorrer de 2019, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 04 pautas da Ouvidoria e do Canal de Denúncias. Essas pautas abordaram o acompanhamento do Canal de Denúncias e a atualização da Política do Canal de Denúncias para adequação ao Informe de Governança Corporativa - Instrução CVM nº 586/2017, bem como constituição do Comitê de Investigação.

O CAE também acompanhou, ao longo do ano, em reuniões específicas, denúncias recebidas pelo Canal que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o Acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, mensalmente, a Auditoria apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

### **3.8. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS**

No decorrer de 2019, foram tratadas 13 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram a revisão da Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos da Companhia e o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da matriz de riscos, determinou que fosse adicionada à Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, a necessidade de análise trimestral, por parte do Comitê, da matriz de Riscos, bem como os planos de mitigação decorrentes.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

### **3.9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2019, foram tratadas 17 pautas de transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à transações com partes relacionadas.

### **3.10. OUTRAS ATIVIDADES**

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em

reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; regimento interno CAE; e regulamentos de independência CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Nessas pautas foram tratadas Políticas Internas da Companhia como: de aplicação financeira, de investimentos, de contratação de serviços de auditoria independente, de integridade e atualização do programa de integridade.

Em relação a controladas e coligadas, o CAE, de forma intensiva durante o ano, fez o acompanhamento do processo de investigação realizado no âmbito da UEG Araucária Ltda. - UEGA, tendo frequentemente debatido o assunto e apresentado recomendações à Administração. Os reportes mensais sobre o andamento da questão continuam sendo realizados regularmente ao Colegiado, para monitoramento das providências em andamento.

O CAE também apreciou informações sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia, bem como o calendário anual de reuniões para 2020.

No âmbito de sua programação para 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, preparado pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC para o Comitê, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

Considerando o deliberado na 194ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, de 06.06.2019, sobre a necessidade de disponibilização de profissional interno com dedicação exclusiva para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, foi designada a assessora do CAE da Copel, mencionada anteriormente.

## **4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

### **4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

### **4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E GERENTES**

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Gerências Executivas, através de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

## **5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA**

- Desenvolvimento de Plano de Remediação das deficiências materiais nos controles internos da Companhia apontadas pelos Auditores Independente, por ocasião da execução dos trabalhos de auditoria relativos ao exercício social: **a.** Controles internos ineficazes no monitoramento e autorizações de certas transações em subsidiárias não integrais; **b.** Controles internos ineficientes sobre relatórios financeiros relacionados à contabilização de títulos e valores mobiliários/investimentos e impostos sobre ativos regulatórios; **c.** Implantação ineficaz de controles, políticas e procedimentos gerais de tecnologia da informação (TI) sobre acesso de usuários, segregação de funções e gerenciamento de mudanças em subsidiárias não integrais; **d.** Controles ineficazes sobre a aprovação de determinados tipos de entradas contábeis manuais; **e.** Controles ineficazes sobre estimativas utilizadas na análise de *impairment*; **f.** Controles ineficazes na identificação de processos relacionados à contabilização de provisão para riscos.

Para cada uma das deficiências citadas foi estabelecido um plano de ação pela diretoria competente responsável, os quais foram descritos no Formulário 20F, que exige a indicação de plano de ação quando existe deficiência material apontada pelo Auditor Independente. O Formulário 20F é requerido anualmente pela *Securities and Exchange Commission - SEC* para empresas estrangeiras com negociação de capital aberto nas bolsas de valores dos Estados Unidos. Nesse formulário são arquivados, por exemplo, relatórios contendo informações relevantes sobre as demonstrações financeiras e aspectos sobre governança corporativa. Os planos de ação apresentados no Formulário 20F foram amplamente discutidos no âmbito das Diretorias envolvidas, bem como com especialistas das áreas da Companhia. Foi criado um comitê de monitoramento das ações de remediação para as deficiências materiais e significativas apontadas pela Auditoria Independente, Deloitte, com a presença do Diretor Presidente e de Diretores responsáveis pelos planos de ação. O CAE passou, desde então, a fazer acompanhamento mensal do status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela Auditoria Independente.

- Reporte da implementação, pela Auditoria Interna, do Projeto de Certificação de *Quality Assessment* (Certificação da Auditoria Interna).

A Auditoria Interna concluiu a implantação da certificação da Auditoria Interna com a Emissão do Certificado da Avaliação de Qualidade realizada pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil.

- Verificação da aderência da Companhia à Lei Federal nº 13.303/2016 e providências pertinentes para assegurar, também, a aderência das empresas coligadas e/ou controladas à citada Lei Federal e às novas legislações vigentes.

A Companhia promoveu os ajustes necessários em seus documentos societários e internos para aderência ao previsto na Lei, inclusive contratou a PricewaterhouseCoopers - PwC para desenvolver plano de trabalho para o CAE adequado às novas legislações vigentes, inclusive à de nº Lei 13.303/2016. O plano de trabalho já está incorporado às rotinas do Colegiado, sendo sua execução monitorada pela Secretaria de Governança Societária - SEC.

Adicionalmente, a Secretaria de Governança Societária - SEC realiza, para o Colegiado, o acompanhamento/monitoramento das deliberações de reuniões passadas, deixando as informações à disposição dos membros do CAE, em ambiente virtual de acesso restrito, mensalmente, sempre antes das reuniões ordinárias.

- Desenvolvimento de plano de implementação e de manutenção dos preceitos previstos no Código de Conduta da Copel para garantir que os colaboradores conheçam e sigam as diretrizes estabelecidas pelo Código.

A Companhia realizou treinamento e palestras, com a participação de empregados e terceirizados, com temas sobre o Código de Conduta e o Canal de Denúncia, conduzidas pela Coordenação de Integridade Corporativa, quando enfatizou a posição da Copel ao valorizar o diálogo transparente e o relacionamento ético com seus diversos públicos, com destaque para os fornecedores da Companhia. Nessas ocasiões, foram entregues exemplares do Código de Conduta. Também passaram a ser emitidos por correio interno "Alertas de Compliance" para todos os empregados da Companhia, dentre os mais variados temas, tendo como foco principal questões obrigatórias e processos sensíveis em cada âmbito de atuação.

## 6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2019. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2019, no Relatório Anual 2019, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 25 de março de 2020.

**MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO**  
Presidente

**CARLOS BIEDERMANN**  
Especialista Financeiro

**LEILA ABRAHAM LORIA**

**LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA**

**OLGA STANKEVICIUS COLPO**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL  
DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE  
2019 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO VERIFICADO NO  
EXERCÍCIO DE 2019**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Resultado do Exercício de 2019. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 30 de março de 2020

**DEMETRIUS NICHELE MACEI**  
Presidente

**HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR**

**JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO**